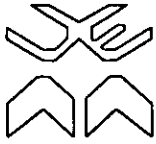


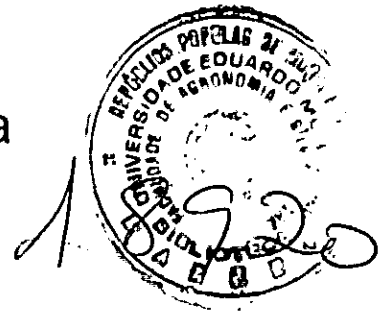
34/36: 307.7 EXT. R. 08
COS

EXT. R-08



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL
Curso de Engenharia Agronómica com Orientação em Extensão Rural

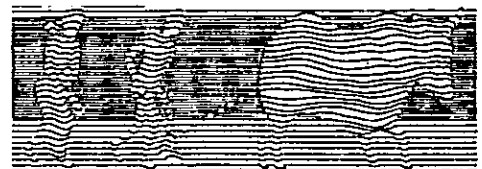
Trabalho de Licenciatura



**COMPARAÇÃO DO
RELACIONAMENTO/ MÉTODOS DE
TRABALHO DAS ONG`S NACIONAIS E
INTERNACIONAIS COM OS SEUS
GRUPOS ALVOS NA COMUNIDADE
RURAL**

Supervisora
Antoinette Van Vugt
Secção de Economia Agrária e Extensão

Licinia Raquel de
Castanheira e Cossa
Maputo, Agosto 1999



DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que esta dissertação, nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau académico e esta constitui o resultado da minha investigação, estando indicada no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

Maputo, Agosto de 1999

Licinia Raquel de Castanheira e Cossa

DEDICATÓRIA

- À minha mãe Maria Albertina dos Santos Castanheira, mulher de grande personalidade que despertou em mim o gosto pelo saber.
- Ao meu pai, meu progenitor Roberto Carlos Cossa.
- Aos meus irmãos, Dalmázia, Carlos e Aldónio, pelo apoio moral dispensado e a todos os outros membros da família em especial a Minha avó, Raquel Maduele e ao meu tio, Rogério Cossa.
- A todos os meus amigos, em particular ao Manguiza e a Anisa Valigy pelo apoio moral e psicológico.

AGRADECIMENTOS

Para que o presente trabalho fosse possível contei com o apoio incondicional, relativamente a qual estarei eternamente agradecida às seguintes personalidades e instituições,

- À doutora Antoinette Van Vugt, minha supervisora pela orientação académica dispensada.
- Ao Instituto do Algodão de Moçambique, em particular ao Engenheiro Erasmo Muhate pelo apoio moral e material dado durante a minha formação.
- Ao Núcleo de Estudos da Terra (NET)/Fundação Ford pelo apoio material.
- Ao pessoal da Kulima em Marracuene.
- Ao pessoal da UNAC em Marracuene.
- Ao pessoal da Helvetas em Matutuíne.
- À senhora Rosa Serra Pujol da Itermón em Matutuíne.
- Ao pessoal da ADCR em Xai-Xai em particular ao pessoal do Departamento de Animação e Extensão Rural.
- À Família Macamo de Nhancutse em particular à Sra. Sara Macamo.
- Ao pessoal da Visão Mundial em Maciene em particular aos Srs. Isidoro Costa e Cocho.
- Aos meus colegas do Curso de Extensão Rural muito em particular ao Limbau, Teodósio, Feliza, Pedro, Luís e Claudio.
- A todos os docentes do curso Extensão Rural.
- Aos funcionários da sala de cálculo da FAEF,
- A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação.

Índice

Nr. de Ordem	Capítulo	Página
	RESUMO	0
I.	INTRODUÇÃO	1
II.	JUSTIFICAÇÃO	2
III.	OBJECTIVOS DO ESTUDO	3
III.1.	<i>Geral</i>	3
III.2.	<i>Específicos</i>	3
IV.	LOCAL DE PESQUISA	4
V.	QUADRO TEÓRICO	4
V.1.	<i>Definição de Organizações</i>	4
V.2.	<i>"Background das organizações não governamentais"</i>	5
V.2.1.	<i>Organizações não governamentais internacionais</i>	5
V.2.2.	<i>Organizações não governamentais nacionais</i>	6
V.3.	<i>Relacionamento/ Métodos de trabalho com comunidades rurais</i>	7
V.3.1.	<i>"Background da Participação"</i>	7
V.3.1.1.	<i>Participação como Diagnóstico Rápido Rural (DRR)</i>	10
a).	<i>Vantagens do DRR</i>	10
b)	<i>Ferramentas do DRR</i>	11
V.3.1.2.	<i>Participação como Diagnóstico Rural Participativo</i>	11
a).	<i>Suposições no DRP</i>	12
b).	<i>Princípios a seguir pelo DRP</i>	12
V.4.	<i>Conceito de desenvolvimento</i>	12
V.5.	<i>Conceito de sustentabilidade</i>	13
a).	<i>Critérios para a sustentabilidade de projectos</i>	14
V.6.	<i>Conceito de comunidade local</i>	15
VI.	QUESTÕES DE ESTUDO	15
VII.	METODOLOGIA	15
VIII	CASOS E ASPECTOS ENCONTRADOS NO TERRENO	17
VIII.1.	<i>Província de Maputo</i>	18
VIII.1.1.	<i>Distrito de Marracuene</i>	18
VIII.1.1.1.	<i>Apresentação da Zona</i>	18
VIII.1.1.2	<i>Descrição das ONG's</i>	19
VIII.1.1.2.1.	<i>Kulima – Nacional</i>	19
a).	<i>Breve historial</i>	19
b).	<i>Objectivos da Kulima em Marracuene</i>	19
c).	<i>Zonas de actuação no local de pesquisa</i>	20
d).	<i>Intervenções em curso no local de pesquisa</i>	20
e).	<i>Opinião da comunidade em relação as intervenções</i>	20
f).	<i>Outras informações relevantes</i>	22
VIII.1.1.2.2	<i>UNAC – Nacional</i>	23
a).	<i>Breve historial</i>	23

b).	<i>Objectivos da UNAC em Marracuene</i>	23
c).	<i>Zonas de actuação no local de pesquisa</i>	24
d).	<i>Intervenções em curso no local de pesquisa</i>	24
e).	<i>Opinião da comunidade em relação as intervenções</i>	24
f).	<i>Outras informações relevantes</i>	25
VIII.1.2.	<i>Distrito de Matutuine</i>	26
VIII.1.2.1.	<i>Apresentação da zona</i>	26
VIII.1.2.2.	<i>Descrição das ONG's</i>	27
VIII.1.2.2.1.	<i>Helvetas – Internacional</i>	27
a).	<i>Breve historial</i>	27
b).	<i>Objectivos da Helvetas em Matutuine</i>	28
c).	<i>Zonas de actuação no local de pesquisa</i>	28
d).	<i>Intervenções em curso no local de pesquisa</i>	28
e).	<i>Opinião da comunidade em relação as intervenções</i>	28
f).	<i>Outras informações relevantes</i>	30
VIII.1.2.2.2.	<i>Intermón – Internacional</i>	31
a).	<i>Breve historial</i>	31
b).	<i>Objectivos da Intermundo em Matutuine</i>	31
c).	<i>Zonas de actuação no local de pesquisa</i>	31
d).	<i>Intervenções em curso no local de pesquisa</i>	32
e).	<i>Opinião da comunidade em relação as intervenções</i>	32
f).	<i>Outras informações relevantes</i>	34
VIII.2.	<i>Província de Gaza</i>	35
VIII.2.1.	<i>Distrito de Xai-Xai</i>	35
VIII.2.1.1.	<i>Apresentação da Zona</i>	35
VIII.2.1.2.	<i>Descrição das ONG's</i>	36
VIII.2.1.2.1.	<i>ADCR – Nacional</i>	36
a).	<i>Breve historial</i>	36
b).	<i>Objectivos da ADCR em Xai-Xai</i>	37
c).	<i>Zonas de actuação no local de pesquisa</i>	37
d).	<i>Intervenções em curso no local de pesquisa</i>	37
e).	<i>Opinião da comunidade em relação as intervenções</i>	38
f).	<i>Outras informações relevantes</i>	39
VIII.2.1.2.2.	<i>Visão Mundial – Internacional</i>	41
a).	<i>Breve historial</i>	41
b).	<i>Objectivos da Visão Mundial em Maciene</i>	42
c).	<i>Zonas de actuação no local de pesquisa</i>	42
d).	<i>Intervenções em curso no local de pesquisa</i>	42
e).	<i>Opinião da comunidade em relação as intervenções</i>	42
f).	<i>Outras informações relevantes</i>	44
VIII.3.	<i>Opinião da comunidade em relação as ONG's</i>	45
IX.	DISCUSSÃO E ANÁLISE	46
X.	CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.	59
X.1.	<i>CONCLUSÕES</i>	59
X.2.	<i>LIMITAÇÕES</i>	61
X.3.	<i>RECOMENDAÇÕES</i>	61
	LISTA	64
	BIBLIOGRÁFICA	
	ANEXOS	

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1. - História da teoria das organizações.

ANEXO 2. - Organizações não governamentais como parte da sociedade civil auto-organizada.

ANEXO 3. - Conceito de desenvolvimento.

ANEXO 4. - Outras formas de relacionamento/métodos de trabalho com comunidades rurais

ANEXO 5. - Guião com pontos de atenção.

ANEXO 5.1. - Pontos de atenção para entrevistas do tipo semi estruturado com membros da comunidade rural em geral e beneficiários dos projectos em particular.

ANEXO 5.2. - Pontos de atenção para entrevistas do tipo semi estruturado com informantes chaves e responsáveis dos projectos das ONG's.

ANEXO 5.3. - Pontos de atenção para observações sobre a forma de actuação das ONG's e observações nas comunidades rurais.

ANEXO 6. - Resumo dos casos e aspectos encontrados no terreno.

ANEXO 6.1. - Organização, estatuto, zonas de actuação, programas e actividades.

ANEXO 6.2. - Quem faz a mobilização e/ou primeiro contacto, como estão organizados os beneficiários e quem os representa.

ANEXO 6.3. - Formas de relacionamento/métodos.

ANEXO 7. - Pesquisa no terreno.

ANEXO 7.1. - Tabela 7

ANEXO 7.2. - Tabela 8

ANEXO 8. - Mapas.

ANEXO 8.1. - Mapa do Distrito de Marracuene.

ANEXO 8.2. - Mapa do Distrito de Matutuine.

ANEXO 8.3. - Mapa do Distrito de Xai-Xai.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. – Local de Pesquisa.

Tabela 2. – Modo de participação e objectivos segundo Biggs (1989).

Tabela 3. – Tipos de participação segundo Pretty (1994).

Tabela 4. – Técnicas individuais para o ensino da extensão.

Tabela 5. – Técnicas de grupo para o ensino da extensão.

Tabela 6. – Meios de comunicação de massas para o ensino da extensão.

Tabela 7. - Entrevistas feitas nas comunidades rurais.

Tabela 8. - Maneira como foi conduzida a pesquisa nas comunidades rurais.

Tabela 9. – A confrontação da teoria de Biggs (1989).

Tabela 10. – A confrontação da teoria de Pretty (1994).

Tabela 11. – A confrontação da teoria de Okali et al. (1994) e Nelson & Wright (1995).

Tabela 12. – A confrontação das três teorias.

GLOSSÁRIO

- ACNUR** - Alto comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.
- ACTP** - Área de Conservação Transfronteira
- ADCR** - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Xai-Xai.
- ARP** - Agricultural Rehabilitation Programme.
- BPD** - Banco Popular de Desenvolvimento.
- CEAR** - Comissão Espanhola de Ajuda aos Refugiados.
- CEE** - Comunidade Económica Europeia.
- DRP** - Diagnóstico Rápido Participativo.
- DRR** - Diagnóstico Rápido Rural.
- DDPF** - Direcção Distrital do Plano e Finanças.
- DDAP** - Direcção Distrital de Agricultura e Pescas.
- EP1** - Ensino primário do primeiro grau.
- EP2** - Ensino primário do segundo grau
- HELVETAS** - Associação Suíça para a Cooperação Internacional.
- INIA** - Instituto de Investigação Agronómica
- KULIMA** - Organização para o Desenvolvimento Sócio-Económico Integrado.
- LINK** - Fórum de ONG's nacionais e estrangeiras
- MAP** - Ministério da Agricultura e Pescas.
- MARC** - Mission Advanced Research and Communications Center.
- NOVIB** - Organização Holandesa para a Cooperação Internacional.
- ONG'S** - Organizações Não Governamentais.
- ORAM** - Organização Rural de Ajuda Mútua
- OMM** - Organização da Mulher Moçambicana.
- OP's** - Organizações de pessoas
- PMA** - Programa Mundial de Alimentação.
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,
- SRBL** - Serviço de Regadio do Baixo Limpopo.
- UE** - União Europeia
- UNAC** - União Nacional de Camponeses.
- UDA** - Unidade de Direcção Agrária.
- UPBL** - Unidade de Produção do Baixo Limpopo.
- VM-M** - Visão Mundial Moçambique

RESUMO

Nesta pesquisa prestam-se informações sobre as diferentes maneiras de relacionamento entre as ONG's (nacionais e internacionais) e os beneficiários dos projectos por eles executados.

A pesquisa decorreu nos Distritos de Marracuene e Matutuine, Província de Maputo e Distrito de Xai-Xai, Província de Gaza. Foram analisados os trabalhos de seis organizações, três nacionais (KULIMA, ADCR e UNAC) e igual número de estrangeiras (HELVETAS, VISÃO MUNDIAL e INTERMÓN).

Para a recolha de dados no campo foram usados métodos como observações, conversas informais e entrevistas do tipo semi-estruturadas feitas com base num guião. A análise de dados foi feita confrontando os dados colhidos no campo com as teorias de participação de Pretty (1994), Biggs (1989), Okali et al. (1994) e Nelson & Wright (1995). Para a análise da sustentabilidade dos projectos implementados por estas ONG's foram usados quatro critérios de sustentabilidade de Kanshahu (1996).

Da análise feita nas seis ONG's, concluí que existem semelhanças e diferenças entre as formas de relacionamento das ONG's com o público alvo na comunidade rural (vide cap. IX.). Quanto à sustentabilidade, posso dizer que avaliar a sustentabilidade segundo os critérios de Kanshahu (1996), não é um exercício fácil visto que num critério a avaliação poderá ser positiva mas num outro isso já não acontece. (Vide cap.IX.4.)

Um outro aspecto relevante nesta pesquisa é o facto de colocar algumas opiniões (com o intuito de despertar debate e conseqüente melhoria de algumas formas de actuar das ONG's) das comunidades (vide cap.VII.3.). Pontos que são para reflexão futura em relação ao comportamento de algumas ONG's nas comunidades rurais.

I. INTRODUÇÃO

Comparar relacionamentos ou métodos de trabalho das ONG's nacionais e internacionais com os seus grupos alvos na comunidade rural é um bom exercício para examinar simultaneamente as ONG's determinando-lhes as semelhanças e diferenças e, as razões que levam a que hajam essas semelhanças ou diferenças. Este exercício permite abrir espaço ou dar continuidade ao debate sobre formas adequadas de relacionamento entre as ONG's e os beneficiários dos projectos

A maioria das ONG's que actuam nas zonas rurais tem como finalidade o desenvolvimento das comunidades de base, para a elevação das condições de vida da população e o aumento da sua capacidade de gestão. É nesta base que para que haja desenvolvimento é necessário que exista a participação e esta implica "*empowerment*" isto é, o empoderamento do público beneficiário. (Da Silva, 1995)

O desenvolvimento é uma mudança, como por exemplo a introdução de novas actividades ou serviços ou ainda, uma nova e melhor forma de trabalhar com as comunidades. Mas uma mudança real não se atinge rapidamente como um projecto que é implementado num certo período, muitas vezes esta mudança requer um processo longo, onde as mudanças são paulatinamente introduzidas à medida das necessidades das pessoas com quem se trabalha. (Da Silva, 1995)

É fundamental que as ONG's discutam os seus projectos de desenvolvimento com as comunidades, para que estas se sintam envolvidas no empreendimento e garantam a sua continuidade e replicabilidade.

Mas a execução de projectos através das ONG's nacionais permite à prior uma maior participação das comunidades, que poderão visar em última instância o desenvolvimento sustentável. Visto que, no relacionamento entre as ONG's nacionais e a comunidade, o papel das primeiras é servir de catalisador no auxílio aos pobres e desprotegidos, sem contudo pretender-se substituir-se às segundas no respeitante às motivações e valores que orientam a escolha de decisões. (Monteiro, 1995)

Entre as ONG's nacionais e internacionais constata-se, pelo menos aparentemente, convergência de

interesses e posições materializadas na cooperação para a execução de projectos. (Monteiro, 1995)

Por achar que o Sul de Moçambique está a ficar marginalizado (durante o período da guerra muitas ONG's concentraram as suas actividades no Sul do País e com o fim desta, preferiram trabalhar no Centro e Norte do País devido às boas condições para a agricultura que oferecem), achei importante, analisar o modo de intervenção dos projectos elaborados por ONG's nacionais e internacionais no terreno nas Províncias de Maputo e Gaza.

II. JUSTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Em Moçambique, cerca de 80% da população vive nas zonas rurais (Folhas Verdes, MAP, 1994), sendo a agricultura a principal actividade praticada, conseqüentemente este é o sector dominante na economia deste país. Nesta fase de desenvolvimento o sector familiar ou camponês fornece a maior parte da produção tanto para o auto consumo como para o comércio.

Verifica-se no terreno que poucas actividades ou projectos (iniciados por ONG's) são sustentáveis. (Van Vugt, durante as aulas, 1998). As ONG's internacionais que já operam há muitos anos no terreno, realizam projectos que têm tido pouco impacto a longo prazo junto das comunidades (rurais), não se sabendo se isso será devido ao resultado do(s) método(s) de trabalho utilizado(s) ou ao tipo de projecto. Perguntamo-nos se as ONG's nacionais que começaram a operar há alguns anos terão ou não um maior impacto ou será que usam um(s) método(s) de trabalho diferente dos usados pelas ONG's internacionais?

Como não se sabe se em Moçambique as ONG's (nacionais e internacionais) diferem ou não nos seus métodos de actuação junto aos seus grupos alvos nas comunidades (rurais) e sendo o pequeno agricultor o grupo alvo de desenvolvimento das comunidades rurais, há necessidade de se fazer um estudo nesse âmbito, identificando deste modo os constrangimentos enfrentados pelas ONG's (nacionais e internacionais) sobretudo pelo grupo alvo (comunidades rurais). Este estudo irá também

fornecer dados para esclarecer as questões acima referidas, servindo como ponto de partida para pesquisas futuras nesta área que é a de desenvolvimento das comunidades (rurais).

Segundo Van Den Ban & Hawkins (1996), as intervenções participativas são as mais recomendadas para os projectos de desenvolvimento actuantes nas comunidades (rurais) a par de outro tipo de intervenção como o caso das intervenções do tipo institucional (top-down) que vinham sendo usadas por muitas ONG's. Portanto, optou-se neste estudo por verificar a utilização deste tipo de intervenção (participativo) por parte das ONG's (nacionais e internacionais) junto das comunidades rurais.

III. OBJECTIVOS DO ESTUDO:

III.1 Geral:

- Comparar metodologias e relacionamentos de trabalho das ONG's nacionais e as internacionais com os seus grupos alvos nas comunidades rurais.

III.2 Específicos:

- Contribuir ao debate sobre formas de actuação adequadas das ONG's nacionais e internacionais no âmbito de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.
- Verificar o grau de utilização de métodos participativos por parte das ONG's junto do público alvo.
- Descrever a opinião das comunidades rurais em relação as intervenções das ONG's e seus projectos, e descrever a opinião das comunidades rurais em relação as ONG's em geral.
- Contribuir para uma análise de sustentabilidade dos projectos implementados pelas ONG's nas comunidades rurais.

IV. LOCAL DE PESQUISA

A pesquisa decorreu em duas Províncias do sul de Moçambique nomeadamente Província de Maputo, Distritos de Marracuene e Matutuine e Província de Gaza, Distrito de Xai-Xai. A tabela 1 (abaixo) dá informação detalhada dos locais onde decorreu a pesquisa.

Tabela1. Local da pesquisa

Província	Maputo		Gaza
Distrito	Marracuene	Matutuine	Xai-Xai
Posto Administrativo	Marracuene-sede Machubo	Machangulo Bela-Vista	Chongoene
Povoação	<ul style="list-style-type: none">• Incanine• Michafutene• Nhongonhane• Taula• Macandza	<ul style="list-style-type: none">• Nhonguane• Mapanga• Mhala• Ngomene• Ndelane	<ul style="list-style-type: none">• Cumbene• Gangalane• Maciene• Nhancutse• Fidel Castro

V. QUADRO TEÓRICO

V.1. Definição de Organizações

Organizações são unidades de pessoas com um objectivo comum. Elas devem ser orientadas de acordo com os seus objectivos baseando-se na cooperação e colaboração. Têm como elementos a divisão do trabalho, a coordenação e orientação de acordo com os objectivos. Portanto as pessoas devem colaborar para um objectivo comum e estes objectivos podem ser a produção, o mercado, os lucros, o crescimento e a continuidade. Uma organização deve ter também uma cultura (as pessoas numa organização devem ter opiniões, normas e valores em comum). (Apontamentos da cadeira, Princípios de Organização, 1998).

Uma organização pode ser formal ou informal. Uma organização formal tem uma descrição de tarefas, procedimentos e uma política. Uma organização informal está virada especialmente para

relações pessoais. (Apontamentos da cadeira, Princípios de Organização, 1998).

Para melhor entender o conceito de Organizações, vide anexo 1 (História da Teoria de Organizações)

V.2. "Background das Organizações Não Governamentais"

V.2.1. Organizações não governamentais internacionais

As ONG's internacionais apareceram pela primeira vez nos anos 50-60, na Europa, após a segunda guerra mundial. (Relatório Final "Lei e Desenvolvimento das ONG's", 1995)

Sufiane (1995) refere que na Europa, as ONG's não apareceram e viveram tal como se apresentam hoje. Elas passaram por diversas fases que se podem chamar de gerações (1ª ajuda de emergência caritativa, 2ª autopromoção local, 3ª desenvolvimento sustentável e 4ª transformação global do sistema ou seja alargamento do horizonte das ONG's em matérias de políticas de desenvolvimento). Isso devido às dificuldades que tiveram de enfrentar numa Europa empobrecida pelos efeitos da segunda guerra mundial, uma Europa em que os dirigentes governamentais eram dominados pela desconfiança, fruto de vivência própria de guerras em que estiveram envolvidos. Estes viam as ONG's como pretendentes a substitutos dos governos nas suas lides governativas, o que não era verdade. (Sufiane, 1995)

O certo é que levou-se muito tempo para os estados reconhecerem o valioso trabalho das ONG's, como sendo organizações das comunidades em benefício das próprias comunidades, quer a níveis nacionais como internacionais. (Sufiane, 1995)

Kulipossa (1993) descreve as razões de intervenção das ONG's internacionais em Moçambique como sendo:

- a) De ordem política e económica em Moçambique;
- b) De ordem política e económica nos países de proveniência destas ONG's;
- c) Humanitárias;
- d) Religiosas e
- e) Decorrentes do progresso técnico-científico.

V.2.2. Organizações não governamentais nacionais

Tivane (1996) diz que a abordagem do exercício do direito à liberdade de associação na República de Moçambique divide-se em três fases, nomeadamente:

1ª Compreende o período que antecedeu a independência nacional ou seja, período anterior a 25 de Junho de 1975;

2ª Abrange o período que vai de 25 de Junho de 1975 a 30 de Novembro de 1990 (data da entrada em vigor da actual constituição); e

3ª A que teve início a 30 de Novembro de 1990 e que ainda decorre.

Nos finais da década de 80 os problemas internos e as alterações na conjuntura política internacional aceleraram o processo de reformas políticas e económicas no país. Este conjunto de reformas, traduziu-se na adopção de princípios cuja ênfase principal é a democracia e o respeito pelas liberdades individuais e colectivas, o multipartidarismo e a economia de mercado. Ao nível político, foi criado um espaço para o surgimento de vários movimentos associativos e cívicos em prol do desenvolvimento sócio-económico. (Fumo, 1995)

Em Novembro de 1990, a revisão constitucional consagrou como direitos individuais, o direito à livre associação e, considerou este um aspecto importante para a organização da sociedade civil. (Fumo, 1995)

Este novo clima sócio-político, aliado a experiências negativas de canalização de fundos através das estruturas governamentais fizeram surgir, entre doadores e ONG's estrangeiras, o desejo de encontrar outros parceiros para a canalização da ajuda e para o desenvolvimento de projectos e programas. (Fumo, 1995)

Em 1987, com a introdução do Programa de Reabilitação Económica, inicia-se o processo de emergência embora lento das ONG's nacionais. (Fumo, 1995)

A aceleração do movimento associativo ganha consistência a partir de 1990 e passa a uma velocidade superior, em 1992, com a implementação do Acordo Geral de Paz e a previsão das eleições gerais para 1994. É neste contexto que se assiste ao surgimento de dezenas de ONG's nacionais cujo numero exacto não é possível especificar mas que devem ser mais de cem em todo o território nacional. (Fumo, 1995).

Portanto, as ONG's nacionais nasceram da necessidade de se encontrar soluções para os seus

problemas e não só, também é uma maneira para as pessoas ganharem dinheiro e uma fonte de emprego. Um nasceu na base de afinidades religiosas, outras emergiram da vontade de administrar os apoios do sector cooperativo e outras tinham em mente a solução de problemas sociais.

Numa proposta de definição, Langa (1993) considera as ONG's como sendo organizações voluntárias que trabalham com, e, muitas vezes no interesse de outros. O seu trabalho e actividades estão focalizados em questões e pessoas, que vão para além do seu próprio pessoal e membros. O autor compara ainda as OP's (organizações de pessoas) e as ONG's, concluindo que a diferença marcante entre os dois tipos de organização não é rígida.

Ginja (1993) refere as ONG's como organizações que não fazem parte do governo, não são partidárias, são voluntárias e dedicam-se ao desenvolvimento nacional ou regional e podem receber ajuda internacional.

Das duas definições abordadas acima e da abordagem das ONG's como parte da sociedade civil auto organizada (vide anexo 2), resumo as ONG's como sendo organizações não governamentais portanto, situadas na esfera da sociedade civil. Não são lucrativas (não exploram força de trabalho assalariada com vista à obtenção do lucro portanto, não são empresas capitalistas). Vivem de contribuições monetárias e materiais de origem diversa (tanto nacionais como internacionais) e esses recursos são de novo transferidos à sociedade em forma de donativos, ajuda institucional ou ajuda concreta aos projectos de desenvolvimento. Finalmente as ONG's estão ligadas à sociedade por laços de solidariedade e orientadas para a satisfação das necessidades, tendo em conta valores e finalidades.

V.3. Relacionamento/Métodos de Trabalho Com Comunidades Rurais.

V.3.1. "Background da Participação"

Kanshahu (1996) diz que uma participação inadequada das comunidades na concepção e gestão de projectos é um grande recuo no desenvolvimento sócio-económico e que um modo melhor de obter resultados positivos é o envolvimento dos beneficiários locais. Sem envolver estas comunidades,

obter resultados positivos é um sonho. Se resultados positivos é um sonho, desenvolvimento também é um sonho.

Vários autores classificam e interpretam a participação de diferentes formas, desde o tipo de actividades, modo de intervenção, modos de participação, tomada de decisões, definição de prioridades, etc.

Biggs (1989) citado em Pijnenburg (1998), descreve os diferentes tipos de participação dos camponeses em investigação agrícola da seguinte forma. (Tabela 2)

Tabela 2. Modo de participação e objectivos segundo Biggs (1989).

Modo de participação	Objectivo
Contratual	Investigadores contratam camponeses para providenciar terra ou serviços
Consultivo	Investigadores consultam camponeses sobre os seus problemas e depois desenvolvem soluções
Colaborativo	Investigadores e camponeses colaboram como sócios no processo de investigação
Colegial	Investigadores trabalham para o fortalecimento dos camponeses à diagnosticar sistemas em áreas rurais

Pretty (1994) classifica os tipos de participação (em sete níveis) quanto às suas características. (Tabela 3)

Tabela 3. Tipos de participação e características segundo Pretty (1994).

Tipo de participação	Características
Participação passiva	É unilateral, limita-se a dizer a comunidade/grupo o que se pretende fazer ou está acontecendo sob administração do projecto
Participação em dar informação	A população limita-se a responder questões colocadas pela equipe de investigação e não tem oportunidade de expressar as suas ideias
Participação pela consulta	A comunidade/população participa por ser consultada e pessoas de fora levam a lista das notas (aspectos), definem o problema e solução. O processo consultivo não dá nenhuma chance a comunidade para a tomada de decisão
Participação por incentivos materiais	A população participa porque quer recursos materiais. Muitas das investigações on-farm (nas machambas dos camponeses) caem nesta categoria, como camponeses providenciam campos mas, não são envolvidos no processo de experimentação e aprendizagem. É muito comum ver este tipo de participação a chamar-se participação, mas a população não prolonga com as actividades quando as iniciativas acabam
Participação funcional	A população participa na formação de grupos para alcançar objectivos pré-determinados pelo projecto que pode envolver o desenvolvimento ou promoção da externalidade da organização social. A população não é envolvida no processo de planeamento, a maior parte das decisões são tomadas pelo projecto. A instituição depende dos facilitadores e iniciativas de fora, mas pode-se tornar independente
Participação interactiva	A população participa nas análises que conduzem a planos de acção e na formação de novas instituições locais ou no fortalecimento das já existentes. Tende a ser multi-disciplinar criando perspectivas múltiplas e faz uso de processo de aprendizagem sistemático e estruturado. O grupo leva o controlo sobre as decisões locais e a população mantém as estruturas e práticas
Auto-mobilização	A população participa na tomada das iniciativas independentemente das instituições externas para mudanças sistemáticas. Desenvolvem contactos com instituições de fora para ter conselhos e recursos que precisam, mas mantém o controlo do uso dos recursos

Okali et al., (1994), Nelson e Wright, (1995) fazem a distinção da participação como meio e participação como fim. A participação como meio tem por objectivo realizar um projecto eficazmente mais eficiente, envolvendo a participação mas activa das populações num projecto projectado por pessoas de fora. Enquanto que, a participação como fim o grupo ou comunidade monta um processo

para controlar o seu próprio desenvolvimento, e as pessoas de fora tem a função de capacitar as comunidades para decidir nas suas próprias prioridades, tem como objectivo a auto-sustentabilidade Segundo Kanshahu (1996), uma nova visão do processo de desenvolvimento, deve ter em atenção duas fontes: primeiro a comunidade; segundo o programa. O ênfase deve ser menos nos gestores e especialistas, mais na população, menos nos retornos financeiros e mais nos bens e serviços para a comunidade. No geral o ênfase deve ser dado nos programas de participação comunitária. ONG's são os promotores de abordagens participativas para o desenvolvimento, destacando-se nos tipos de abordagens o Diagnóstico Rápido Rural e o Diagnóstico Rural Participativo. Estas abordagens foram desenvolvidas para uso nas zonas rurais nos trópicos, mas a maioria dos seus elementos podem ser também relevantes no desenvolvimento urbano.

V.3.1.1 Participação como Diagnóstico Rápido Rural (DRR)

É um método importante, usado para o planeamento de projectos comunitários. Sendo um método de abordagem multi-disciplinar de obtenção, análise, e distribuição de informação, para os planificadores, o pessoal do projecto, a comunidade local e o Governo. Este exercício resulta na informação sobre os valores, opiniões, objectivos, conhecimento local assim como, biofísicos e sócio-económicos. O método é "rápido" porque a investigação e avaliação é feita simultaneamente. (Kanshahu, 1996)

Este método é produto de técnicas de investigação de sistemas de produção (Farming Systems Research Technique) usados por sociólogos, sendo caracterizado por sondagens e entrevistas como parte de um processo contínuo de aprendizagem. Os resultados de cada fase são usados para reavaliar o objecto de estudo e projectar soluções. O diagnóstico é de orientação para as populações na sua abordagem de planeamento. (Kanshahu, 1996)

Durante a década de 70, agencias doadoras reconheceram que o desenvolvimento estratégico não aliviava a pobreza, como previstos, devido à ignorância de factores sócio-económicos e outros elementos relevantes ao desenvolvimento comunitário. O DRR surge como resultado desta crítica. (Kanshahu, 1996).

a) Vantagens do DRR

Kanshahu (1996) distingue quatro vantagens óbvias do DRR.

- Cria oportunidade para a troca de conhecimento entre os beneficiários, investigadores e o fórum de decisões;
- O método de entrevistas elimina os erros da interpretação da informação estatística;
- O DRR tem ferramentas de gestão de recursos naturais para obter informação da população local;
- O DRR permite uma avaliação contínua do projecto.

b) Ferramentas do DRR

Kanshahu (1996) diz que o DRR usa ferramentas de visão ampla composta pelos seguintes instrumentos:

- Técnicas desenhadas para entrevistas e inquéritos;
- Métodos de re-examinação da informação;
- Métodos de colecta, a curto tempo, de informação qualitativa;
- Técnicas de entrevistas em grupo;
- Observação in-loco;
- Uso de fontes secundárias de informação.

V.3.1.2. Participação como Diagnóstico Rural Participativo (DRP)

Segundo Kanshahu (1996) o DRP é um método de planeamento usado para desenvolver planos de gestão de recursos através do envolvimento dos beneficiários do projecto. Este método é apropriado quando comunidades locais pedem assistência para o melhoramento do seu nível de vida e quando estão dispostos a contribuir com o seu conhecimento do seu *modo-vivendi*, capacidades e a força de trabalho no planeamento e implementação de uma nova actividade.

O DRP pode servir como significado de muitos fins, dependendo de como os praticantes definem os seus propósitos e concordam no que entendem por participação.

O DRP está sendo usado por um crescente número de instituições do governo, ONG's e por pesquisas extractivas como qualquer outra ferramenta de colecção de dados para extrair informação de uma comunidade local. (Pretty, 1994).

Por outro lado deve-se tomar em consideração que as intervenções participativas não constituem um meio de aplicação mecânica de tecnologia e métodos mas sim, têm de ser uma parte do processo de dialogo, acções, análises e mudanças. (Pretty, 1994).

a) Suposições no DRP

Kanshahu, (1996) destaca três suposições para o sucesso do DRP, sendo nomeadamente:

- A participação comunitária é um ingrediente fundamental no sucessos dos programas rurais;
- Tecnologias localmente concebidas ainda em uso e sistemas ecológicos são importantes para um processo positivo de desenvolvimento;
- O desenvolvimento sustentável é o único tipo de desenvolvimento desejado.

b) Princípios a seguir pelo DRP

Segundo Apontamentos da disciplina Métodos de Extensão (1998), existem vários princípios a seguir pelo DRP, destacando-se dentre eles:

- Ser flexível, a aprendizagem deve-se adaptar a acções concretas,
- Trabalhar com comunidades/grupos no processo de análise, planificação, definição das prioridades e acções,
- A comunidade/grupos como pessoas integrantes no processo e pessoas de fora como facilitadores, para monitoramento, treinamento e retro-alimentação,
- Extrair a complexidade do contexto sócio-político na investigação e desenvolvimento participativo,
- Tornar projectos sustentáveis e minimizar os riscos que poderiam surgir se fosse uma intervenção do tipo institucional (top-down).

O método do DRP ênfatiza o contacto entre os aspectos técnicos e sócio-económicos na definição de problemas e soluções. De qualquer modo, o focus está sempre na comunidade rural e o ecossistema vulnerável. Deste modo o diagnóstico é uma actividade sistemática aplicada no campo de trabalho por uma equipe multi-disciplinar e concebido adquire nova informação, de forma rápida formula novas hipóteses para o desenvolvimento rural. O objecto do DRP é o desenvolvimento caracterizado pela adesão social, viabilidade económica e sustentabilidade ecológica. (Kanshahu, 1996).

V.4. Conceito de Desenvolvimento

Neste trabalho de pesquisa e de acordo com a literatura (vide anexo 3) o desenvolvimento (positivo) é definido como uma mudança, ou um conjunto de mudanças, numa situação existente conducente a

uma nova situação, mas de acordo com as metas, objectivos e alvos de indivíduos ou grupos numa sociedade, num ponto específico do tempo.

Esta definição deixa claro que o desenvolvimento pode significar coisas diferentes em diferentes cenários sócio-culturais e políticos. Num determinado contexto sócio-político o mesmo tipo de desenvolvimento pode ser experimentado por diferentes grupos numa sociedade como um desenvolvimento positivo ou negativo.

V.5. Conceito de Sustentabilidade

Segundo Ginja (1993) qualquer conceito acarreta consigo divergências de opiniões. No caso do conceito de sustentabilidade cerca de 40 investigadores juntaram-se em 1991 para discutir a sua definição, como contributo à Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de Junho de 1992. Embora tenha ganho eco aquando da Realização da Conferência do Rio de Janeiro, o conceito não deve ser associado somente ao aspecto de protecção ecológica do ambiente em que o desenvolvimento se opera.

Sustentabilidade segundo Prank et al. (1992), é um conceito genérico que pode ser definido como o processo no qual o desenvolvimento opera respondendo às necessidades das presentes gerações mas, sem contudo comprometer as capacidades das futuras gerações.

No contexto Moçambicano, segundo Ferraz (1994), o desenvolvimento sustentável é um aumento qualitativo e quantitativo de capacidades e da produção realizada.

De acordo com Ginja (1993), aplicado na esfera das ONG's, o conceito de sustentabilidade pode ser visto sob diferentes prismas desde o institucional, financeiro até ao humano.

- 1) Num ponto de vista institucional a sustentabilidade significa reconhecimento oficial e envolvimento das ONG's nas políticas de desenvolvimento do país e estreita colaboração com o governo;
- 2) Do ponto de vista financeiro a sustentabilidade pode ser entendida como a capacidade das ONG's cobrirem os custos do seu funcionamento ou seja, a manutenção das actividades e, simultaneamente serem capazes de gerar receitas que permitem a continuidade;
- 3) Do ponto de vista humano a sustentabilidade implica existência de membros das ONG's com capacidades de gestão e de administração das actividades da organização. Implica também, a

apreensão e envolvimento dos membros e das comunidades na vida da ONG. Por outras palavras a sustentabilidade significa que todos os membros da ONG devem participar nas actividades da organização por forma a que estas reflectam as aspirações da comunidade.

a) Critérios para a sustentabilidade de Projectos

Kanshahu (1996) define onze critérios para a sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento rural, sendo eles:

1. Custos baixos – Um projecto requer somente investimento a baixo custo.
2. Adaptação aos conhecimentos locais – um projecto deve fazer uso dos conhecimentos locais com ou sem treinamento especial.
3. Uso de matéria prima local – o projecto deve fazer uso a grande medida de matéria prima local.
4. Os resultados devem ir ao encontro das necessidades locais – os produtos e serviços devem beneficiar os beneficiários locais.
5. Substituição de impostos e poupanças de divisas – o projecto deve substituir impostos e poupar divisas.
6. Criação de emprego – o projecto deve criar postos de trabalho.
7. Gerar lucros – o projecto deve gerar lucros ou criar excedentes para auto-sustento.
8. Harmonia ambiental – o projecto deve manter um bom nível ambiental
9. Tecnologia simples, fáceis de aprendizagem – o projecto deve usar tecnologia simples e de fácil aprendizagem.
10. Produção contínua – o projecto deve ter um sistema de manutenção que permite a continuidade do processo de produção mesmo que o suporte financeiro e de gestão deixe de existir.
11. Instituições de auxílio – um projecto deve ter planos que garante a continuidade através de instituições de auxílio.

Resumindo, a sustentabilidade é a continuidade das actividades pela comunidade/grupo alvo depois de cessar o suporte técnico da instituição/projecto.

V.6. Conceito de Comunidade Local

Comunidade local, segundo Disposições Gerais a da Lei de Terras de 1997, é definido como sendo um *agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão.*

VI. QUESTÕES DE ESTUDO:

Com base nos conhecimentos adquiridos durante a minha pesquisa teórica sobre as organizações e sua história, ONG's tanto nacionais como internacionais, os vários conceitos sobre os métodos participativos e outras formas de relacionamento com as comunidades rurais, o desenvolvimento sustentável de projectos e comunidades locais, formulei as seguintes questões de estudo:

- Quais são os métodos de trabalho das ONG's (quais são os métodos aplicados nas comunidades rurais) comparando as nacionais com as internacionais?
- Quais são os tipos principais de abordagens participativas usadas pelas ONG's (nacionais e internacionais)?
- Dos métodos utilizados pelas ONG's, que elementos concorrem para o uso desses métodos?
- Qual é a melhor forma de se trabalhar com as comunidades rurais no sentido de aumentar a sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento?

VII. METODOLOGIA

No presente trabalho a metodologia consistiu de três etapas, nomeadamente:

1ª - Metodologia para a elaboração do protocolo da pesquisa.

Fiz a recolha de todo o material didáctico das disciplinas do curso "Extensão Rural", recorri aos dados bibliográficos e a revisão de diversas fontes de documentação, a assistência de algumas

reuniões/encontros com a comunidade e conversas com informantes chaves. Foi com base neste levantamento que me permitiu-me elaborar os objectivos e questões do presente trabalho.

2ª - Metodologia de recolha de dados no terreno.

Para iniciar a minha pesquisa no terreno, seleccionei numa primeira fase três Distritos, dois da Província de Maputo (Matutuine e Marracuene) e um da Província de Gaza (Xai-Xai) cada um deles com características particulares (vide cap. VIII).

Feita a selecção dos distritos, orientando-me pelo directório das ONG's, das Nações Unidas, listei uma série de ONG's que tinham em comum a componente agrária nos seus programas. O objectivo era que no total tivesse seis ONG's (três nacionais e o mesmo numero de internacionais). À medida que fazia os contactos com as organizações, recebia respostas positivas outras negativas e outros não responderam. Após os contactos feitos, a Kulima, Visão Mundial, Helvetas, ADCR, UNAC e Action Aid foram favoráveis à minha pesquisa. A Action Aid apesar de terem sido bastante receptivos ao meu trabalho, não trabalhei com eles pelo facto de estarem em inicio de actividade e trabalharem num outro Distrito (Manhiça). Em relação à Intermón a escolha foi feita quando me encontrava em Machangulo, devido ao facto de a comunidade falar bastante nesta ONG.

Fiz a recolha de dados no terreno (dados secundários e dados primários) e através das questões de estudo elaborei três guiões (anexos 5) com pontos de atenção para entrevistas do tipo semi-estruturado com membros da comunidade rural em geral e beneficiários dos projectos (anexo 5.1.), entrevistas do tipo semi-estruturado com informantes chaves e responsáveis dos projectos das ONG's (anexo 5.2.), observações sobre a forma de actuação das ONG's e observações nas comunidades rurais (anexo 5.3.). No total foram feitas 74 entrevistas, dos entrevistados 38 são do sexo feminino, 36 do sexo masculino, 12 são líderes do governo, 18 líderes tradicionais ou religiosos e 8 são representantes das ONG's. A escolha dos entrevistados foi feita mediante um programa previamente estabelecido com a organização.

As tabelas 7 e 8 (anexo 7) dão informação de como foi conduzida a pesquisa no terreno. A pesquisa de campo decorreu de Janeiro a Junho de 1999.

3ª - Metodologia teórica de análise de dados

Para comparar metodologias de trabalho das ONG's nacionais e as internacionais com os seus grupos

alvos na comunidade rural guiei-me pela teoria de observação de Guijt & Cornwal (1995) e observações no terreno.

Para verificar o grau de utilização dos métodos participativos por parte das ONG's nacionais e internacionais junto do público alvo guiei-me por uma confrontação das teorias de Biggs (1989) e Pretty (1994). (Tabelas 2 e 3)

Para contribuir ao debate sobre formas de actuação adequadas das ONG's nacionais e internacionais no âmbito de desenvolvimento das comunidades rurais, usei as teorias de Pretty (1994) Okali et al. (1994) e Nelson e Wright (1995). (vide cap. V.3.1.)

Para avaliar a sustentabilidade dos projectos implementados pelas ONG's nas comunidades rurais, escolhi quatro critérios de sustentabilidade de Kanshahu (1996), nomeadamente: Adaptação aos conhecimentos locais, uso de matéria prima local, os resultados devem ir ao encontro das necessidade locais e criação de emprego.(vide cap. V.5.a.)

VIII. CASOS E ASPECTOS ENCONTRADOS NO TERRENO

Este capítulo está organizado segundo a província. Nele falo dos distritos pesquisados, faço uma apresentação de cada zona com uma descrição geral, descrevo as ONG's segundo a sua história ou filosofia, os objectivos, as zonas de actuação no local de pesquisa e as intervenções em curso. Cito detalhadamente algumas opiniões da comunidade em relação às ONG's segundo os conhecimentos sobre os objectivos, actividades e métodos, o envolvimento das comunidades nas intervenções e a avaliação que as mesmas fazem sobre as intervenções. Forneço também informações e observações que colhi no terreno. Cito detalhadamente algumas opiniões da comunidade em relação às ONG's no geral. Foi com base nestes tópicos que comparei/avaliei as ONG's e a sua relação com as comunidades rurais.

VIII.1. Província de Maputo

VIII.1.1. Distrito de Marracuene

VIII.1.1.1. Apresentação da zona

Com uma superfície de 666 quilómetros quadrados, a densidade populacional situa-se em cerca de 91 habitantes por quilómetro quadrado. O Distrito de Marracuene é favorecido pela sua localização geográfica. Situado muito perto da cidade de Maputo, tem acesso fácil ao principal mercado do país. (ACNUR/PNUD, 1997)

O distrito é atravessado pela estrada nacional número um, que o liga com a Cidade de Maputo, para o sul e com a Província de Gaza, para o norte. É servido por transporte rodoviário e ferroviário.

O rio Incomatí que também o atravessa tem água abundante durante todo o ano, o clima e o solo são adequados ao desenvolvimento agrícola, e existem vastas planícies com boas pastagens. Sendo um distrito costeiro tem recursos pesqueiros a explorar. (ACNUR/PNUD, 1997)

Tem uma densidade populacional bastante elevada, 41677 habitantes (Censo, 1997) comparando com outros distritos do país. Assim, a pressão exercida sobre os recursos é mais intensa, o que tem determinado a eclosão de alguns conflitos¹⁾ sobre a posse de terra. A agricultura²⁾ é a actividade dominante e envolve a maior parte das famílias locais. Outra actividade importante para as famílias do distrito é a pecuária³⁾. A fauna bravia do distrito é pouco diversificada. (ACNUR/PNUD, 1997)

O problema do abastecimento de água as populações ainda não está completamente resolvido, e para algumas comunidades as fontes encontram-se distantes. (ACNUR/PNUD, 1997)

Este é um distrito com uma longa tradição em projectos operados pelas ONG's. E por se encontrar próximo da Cidade do Maputo e da República da África do Sul, o trabalho migratório é muito importante para as famílias das comunidades de Marracuene.

¹⁾ Estes conflitos tem maior incidência no Posto Administrativo de Machubo e em zonas da localidade de Nhongonhane, nestes casos, o mediador tem sido a administração distrital ou anciãos com maior influência. (ACNUR/PNUD, 1997)

²⁾ Sendo o milho, arroz, mandioca, batata-doce, amendoim, feijão-nhamba e as hortícolas as culturas alimentares básicas mais importantes para o sector familiar. (ACNUR/PNUD, 1997)

³⁾ Na pecuária os animais domésticos mais importantes para o consumo são as galinhas, patos, porcos, cabritos e bois. Os dois últimos são importantes

VIII.1.1.2. Descrição das ONG's

VIII.1.1.2.1. KULIMA - Nacional

a) Breve Historial

Kulima⁴⁾, Organismo Para o Desenvolvimento Sócio-Económico Integrado teve origem num núcleo fundador que, no período entre 1984-1988, por razões técnicas (os projectos de Desenvolvimento Rural Integrado nas províncias de Maputo, Inhambane e Sofala eram financiados pela CEE hoje UE), geminou-se com a ONG Francesa Bioforce, à qual coube a responsabilidade administrativa. Com o termo das suas responsabilidades no país, a Bioforce-Moçambique para melhor clareza mudou totalmente o nome para Kulima, cortando qualquer vínculo com a Europa. Kulima nasceu em 1990 e na altura foi reconhecida pelo Ministério da Cooperação e posteriormente pelo Ministério da Justiça. Seria perfeito não considerar esta ONG genuína moçambicana por causa do seu "background" específico⁵⁾. (Glagow et al.,1994)

Com cerca de 70 membros, as suas actividades centram-se no desenvolvimento rural , mas também no treinamento, educação sanitária e o comércio em pequena escala. A Kulima está também activa nas zonas urbanas degradadas. Aparentemente a Kulima não se especializa em nenhum determinado campo. (Glagow et al., 1994)

A Kulima realiza um esforço constante de cooperação com várias ONG's nacionais, tendo no ano de 1992 organizado um encontro entre as várias ONG's, do qual saíram as várias ideias para a formação do LINK.

b) Objectivos da Kulima em Marracuene

O objectivo central da Kulima segundo o responsável do projecto em Marracuene é o desenvolvimento sócio-económico integrado, com os seus membros engajados a tempo pleno ou a tempo parcial, procurando implementar nas comunidades programas tendentes a favorecer o seu auto-desenvolvimento e conduzi-las a descobrir e valorizar as suas capacidades, formando quadros e procurando constantemente actualizá-los à nova fase de desenvolvimento sócio-económico

para a comercialização pelo sector familiar, e o boi também é utilizado como animal de tracção. (ACNUR/PNUD, 1997)

⁴⁾ Kulima que no grande grupo Tonga significa "cultivar ou tratar a terra"

⁵⁾ Esta ONG que veio da "French Bioforce" seu criador tem como figura central um antigo padre Italiano, Domenico Liuzi. De qualquer modo, esta

sustentável e multisectorial.

c) Zonas de actuação no local de pesquisa

Na província do Maputo a Kulima está baseada no Distrito de Marracuene, postos administrativos de Marracuene-sede e Machubo intervindo a favor das camadas mais desfavorecidas com programas agrários e sociais.

d) Intervenções em curso no local da pesquisa

Está em curso o Programa Integrado que teve início em 1994 e que tem as componentes de: (1) agricultura com o apoio aos camponeses na instalação de casas agrárias em três localidades que inclui a componente de crédito para a lavoura; (2) pecuária com o sub-programa de fomento pecuário de gado bovino e caprino; (3) programa de água com abertura de poços; e (4) componente de protecção do meio ambiente que tem um viveiro com plantas florestais e fruteiras para a segurança alimentar.

e) Opinião da comunidade em relação as intervenções

Conhecimento dos objectivos, actividades e métodos

"Kulima quando chegou aqui pela primeira vez apresentou-se na administração, na altura do reacentamento da população, fizeram um levantamento para ver o que poderiam fazer para ajudar as populações". (Sr. Faquirá um líder local)

"Kulima trouxe para aqui um grupo de pessoas para fazer inquérito em toda a população necessitada...disseram que iriam construir uma casa agrária da comunidade para venderem sementes." (Sra. Joana uma camponesa)

"Quando eles chegaram aqui, pediram ao secretário do bairro que reunisse com as pessoas para explicarem o programa de crédito que tem". (Sra. Fabião um camponês)

ONG foi encarada com certa reserva no seio das ONG's em Maputo (Glagow et al, 1994)

"Acho que esta aldeia já estava contemplada no projecto deles, eles construíram esta casa agrária, primeiro eles é que faziam a gestão, depois quando viram que não dava nada, entregaram a gestão a comunidade." (um camponês)

Envolvimento da comunidade nas intervenções

"Quando eles construíram as casas agrárias entregaram á comunidade para gerir, na altura foi nomeada uma comissão composta por cinco elementos líderes da aldeia e dois trabalhadores escolhidos pela comunidade, foram formados num curso de gestão que durou quinze dias" (um comerciante de uma aldeia)

"No programa comida pelo trabalho, Kulima contacta os chefes da localidade, são eles que seleccionam as pessoas abrangidas pelo programa" (Sra. Marta Panguene, membro duma comunidade)

"Construímos a casa dos professores, nós arranjam os caniços e eles ajudaram-nos com as chapas, no fim da construção todos que trabalhamos recebemos comida" (Sra., Alita Magaia uma camponesa)

Avaliação que a comunidade faz das intervenções

"Ainda não me beneficiei dos créditos, porque eles tem valores muito pequenos para o tipo de investimento que eu necessito." (Sr. Magaia líder tradicional e agricultor de contacto da Kulima)

"Considero que a Kulima deveria manter a forma de trabalhar com os camponeses, eles (os camponeses) estão muito entusiasmados e todos eles participam de uma forma muito activa" (Sr. Magaia líder tradicional e agricultor de contacto da Kulima)

"Este programa de comida pelo trabalho provoca muita agitação na hora de receber a comida, deveria haver outra forma de melhorar este esquema, há até secretários dos bairros que já foram parar ao hospital" (Sr. Zaqueu Simango secretário do bairro)

"Eu não entendo porquê só há crédito para a mulher, esses da Kulima não nos explicaram bem isso, pode haver problemas dentro da nossa casa por causa desses créditos" (sr. Panguene um membro da comunidade)

f) Outras informações relevantes

Segundo declarações do coordenador do projecto de Marracuene, a Kulima para iniciar as suas actividades em Marracuene coordenou juntamente com o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), Ministério da Cooperação e FAO, e foram estas instituições que indicaram as necessidades da agricultura na região de Marracuene.

A Kulima começou por fazer um levantamento das necessidades e fez a formulação de projectos, mas não o fez isoladamente tendo procurado trabalhar com a DDPF e a DDAP.

Nos seus programas a Kulima conta com o apoio do PMA no Programa Comida Pelo Trabalho e a CRS que é o principal doador dos programas da Kulima em Marracuene.

A Kulima usa o agricultor de contacto para estabelecer a ligação entre ele e a comunidade. Os técnicos da Kulima acham que só desta forma será possível atingir o maior número de famílias, dando formação aos agricultores de contacto a medida que é implementado um sub-projecto por parte da Kulima.

Em relação às casas agrárias quando estas começaram a funcionar, a Kulima é que tomava conta das mesmas em colaboração com uma comissão de gestão composta por cinco elementos, formada por membros influentes da comunidade eleitos pela própria comunidade. Contudo esta comissão foi um fracasso e, em 1998, a gestão passa a ser feita por um membro da comunidade que poderia vender também produtos de primeira necessidade.

Os beneficiários dos programas de crédito tem recebido formação em gestão de micro-projectos e mostram-se bastante entusiasmados com este tipo de formação.

Ainda nos programas de crédito a Kulima abriu uma linha de crédito destinada sómente às mulheres porque segundo eles, as mulheres são muito mais sérias, respeitando o seu contracto de pagamento, enquanto que os homens não levam o contracto a sério. Mas, este programa está a ser muito contestado pelos membros masculinos das comunidades rurais de Marracuene dado que eles não entendem muito bem as razões deste crédito; dizem eles, que este programa poderá provocar desavenças no seio das famílias.

VIII.1.1.2.2. UNAC - Nacional

a) Breve historial

A UNAC (União Nacional de Camponeses), é uma associação de camponeses, que foi criada por camponeses para a defesa e promoção dos seus próprios interesses. A ideia de se criar uma União Nacional de Camponeses nasceu dos próprios cooperativistas e associados dos diversos pontos do país. (Documento de Apresentação, sem data)

Em 1987 as Cooperativas e Associações do País criaram o Núcleo de Apoio às Cooperativas. Foi este Núcleo que desenvolveu todo o trabalho preparatório que culminou com a realização em Abril de 1993 da 1ª Assembleia Geral Constitutiva da UNAC e a aprovação dos estatutos e programas. (Documento de Apresentação, sem data)

Em 1994 é reconhecida como uma personalidade jurídica.

A UNAC neste momento cobre todo o país e conta com 3 Uniões Provinciais, 1 Comissão Provincial, 2 Uniões Gerais, 62 Uniões Distritais ou Zonais, 962 Associações e Cooperativas. Com uma cobertura nacional a UNAC tem cerca de 50000 membros; as associações e cooperativas exploram uma área de cerca de 53000 hectares, de terra. É uma organização única no seu género em Moçambique, uma organização de bases com uma grande cobertura. (Documento de Apresentação, sem data)

A sua filosofia de intervenção está: (1) na elaboração e implementação de projectos agro-pecuários, micro-indústrias, comércio e promoção da segurança alimentar; (2) na promoção de cursos de formação e reciclagem para a capacitação em matérias de gestão e organização, agricultura, pecuária, liderança e participação, contabilidade básica e cooperativismo/associativismo; (3) no desenvolvimento de programas de educação cívica e de advocacia e "lobby" e apoio à formação de organizações camponesas. (Documento de apresentação, sem data)

b) Objectivos da UNAC em Marracuene

A UNAC, segundo o seu representante em Marracuene, tem como objectivos: contribuir para o reforço e desenvolvimento do movimento cooperativo e de outras organizações de camponeses; promover, desenvolver e difundir técnicas que permitam uma maior rentabilidade da actividade produtiva dos membros; promover acções de formação, reciclagem e aperfeiçoamento dos seus

membros; promover o desenvolvimento da actividade agro-industrial e de comercialização de factores de produção e de produtos agro-pecuários directamente geridos pelos produtores; representar e defender os interesses económicos e sociais dos seus membros perante o estado e as instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras; prestar serviços de consultoria e auditoria multi-disciplinar aos seus membros e pessoas interessadas e promover acções de cooperação com outras organizações similares do país ou do estrangeiro.

c) Zonas de actuação no local da pesquisa

A UNAC cobre todo o distrito de Marracuene.

d) Intervenções em curso no local da pesquisa

A UNAC-Marracuene não tem um programa específico. Vai de acordo com aquilo que são os objectivos da organização e faz a implementação no terreno. O programa que tem sido dada muita atenção são os conflitos de terra, pois a UNAC é chamada pelos seus membros a intervir e conta com o apoio da ORAM e da Oxfam-América.

e) Opinião da comunidade em relação as intervenções

Conhecimento dos objectivos actividades e método

"Nós já fizemos muitas coisas, conseguimos unir aqueles colegas todos que trabalhávamos juntos na abertura das valas, fizemos um programa bom de entre ajuda para o nosso benefício e tivemos o apoio da UNAC". (uma camponesa associada)

"Vieram aqueles da ORAM, trabalharam connosco a pedir opinião da nova lei de terras que ia ser aprovada". (membro duma cooperativa)

"A Oxfam apoiou muitos camponeses para fazer a legalização das suas terras, muitos de nós já tem os papeis da terra" (um cooperativista)

Envolvimento da comunidade nas intervenções

"Fazemos reuniões muitas vezes para discutir os nossos problemas, todos os membros participam e dão a sua opinião" (Sra. Albertina uma associada)

"Na nossa organização toda a gente é livre de falar, quando tem um problema é só informar aos chefes, eles vão arranjar uma maneira de resolver em conjunto" (um associado)

"Participamos em muitos seminários de formação isso é muito bom porque ajuda-nos a melhorar o nosso conhecimento". (um associado)

Avaliação que a comunidade faz das intervenções

"Nós sobrevivemos da nossas contribuições mensais, não trabalhamos com um projecto especial, então era muito bom que nós tivéssemos a capacidade de procurar fundos e elaborar os nossos projecto". (um associado)

"Participamos em muitos seminários de formação, temos realizado muitos encontros, isso é bom porque a participação dos membros torna-se muito activa" (Sra. Teresa Magaia uma cooperativista)

"Atravessamos neste momento uma grande crise, tentamos produzir culturas de rendimento para melhorar a nossa situação, só assim é que o nosso trabalho vai andar"

f) Outras informações relevantes

A UNAC em Marracuene segundo o seu presidente, não desenvolve um programa específico, está neste momento empenhado na resolução dos conflitos de terra e na divulgação da nova lei de terras e, para tal, usa métodos participativos como seja o envolvimento de toda a comunidade e dos seus membros de uma maneira muito activa e bastante animada.

Segundo o Presidente desta organização para a resolução dos conflitos que têm surgido a UNAC-Marracuene conta com o apoio da ORAM e dos seus escritórios centrais que estão baseados na Cidade do Maputo. Têm tido também a mediação da Administração local e da DDAP.

Conforme os entrevistados, no processo de legalização de terras, a UNAC-Marracuene conta com o

apoio técnico da Oxfam-América que junto das estruturas competentes faz a legalização formal das terras dos camponeses. Este programa está a ser acolhido pelos camponeses com bastante satisfação.

VIII.1.2. Distrito de Matutuíne

VIII.1.2.1. Apresentação da zona

Com uma área de 5403 quilómetros quadrados, a densidade da população do Distrito de Matutuíne é de aproximadamente 9 habitantes por quilometro quadrado. É tido como sendo possuidor da maior biodiversidade da África Austral. É nele que se localiza a Reserva dos Elefantes que está a ser alvo de um ambicioso projecto de ecoturismo, aprovado pelo Governo em Novembro de 1997. (ACNUR/PNUD, 1997)

Quanto à posse de terra o Distrito de Matutuíne possui uma densidade populacional relativamente baixa, 35161 habitantes, (segundo dados do Censo, 1997). Não obstante ocorrem conflitos⁶⁾ sobre a posse de terra. (ACNUR/PNUD, 1997)

A área cultivada pelo sector familiar é de 11843 hectares, correspondente a um aproveitamento de 2,1% da superfície total do distrito, e a agricultura⁷⁾ é a principal actividade da maioria das famílias que lá habitam. Sendo a pecuária⁸⁾ outra actividade de destaque no distrito. (ACNUR/PNUD, 1997)

Por ser costeiro e atravessado por rios importantes, o peixe torna-se uma constante na dieta dos habitantes do distrito.

Em relação ao abastecimento de água, apesar de um número significativo de aldeias possuir fontes melhoradas de água, ainda existem outras cujos habitantes têm de percorrer até 20 quilómetros para se abastecerem. (ACNUR/PNUD, 1997)

No que se refere aos sectores sociais, os serviços de saúde são carentes em pessoal, e algumas áreas não tem acesso fácil a um posto de saúde. Os serviços de educação estão limitados a escolas para o EP1, que estão sobre-lotadas. (ACNUR/PNUD, 1997)

⁶⁾ Devido ao aproveitamento dos recursos naturais existentes na zona, na sede do distrito, Bela Vista e sobre o acesso a fontes de lenha nos povoados de Pochane, Capezulo e Hindane. A resolução de conflitos sobre a posse de terra é da responsabilidade da Administração do Distrito e dos secretários dos bairros. (ACNUR/PNUD, 1997)

⁷⁾ Sendo as principais culturas alimentares o milho, feijão-nhamba, amendoim, mandioca, batata-doce, mexoeira, abóbora, arroz e melancia. A agricultura é praticada usando técnicas tradicionais (pousio, adubos verdes o estrume principalmente nas hortícolas) para aumentar a fertilidade da terra. (ACNUR/PNUD, 1997)

⁸⁾ Na pecuária os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são a galinha, pato, coelho, ovelha, porco, cabrito e o boi sendo estes três últimos também importantes para a comercialização pelo sector familiar. Bois e burros também são usados como animal de tracção. (ACNUR/PNUD, 1997)

A maioria das vias rodoviárias são transitáveis, mas não foram reabilitadas. A presença de minas continua a interferir com a actividade sócio-económico do distrito. (ACNUR/PNUD, 1997)

A falta de emprego no mercado local faz com que o trabalho dos emigrantes nos países vizinhos se torne uma fonte importante de rendimento para as famílias de Matutuine.

Este Distrito tem a característica de as comunidades estarem muito distantes entre elas, e muitas tornam-se mesmo fechadas com grande tendência ao feiticismo e à desconfiança.

Têm pouca experiência com intervenções de ONG's.

VIII.1.2.2. Descrição das ONG's

VIII.1.2.2.1. HELVETAS – Internacional

a) Breve historial

A HELVETAS foi fundada em 1955 como a primeira organização privada de Cooperação para o Desenvolvimento na Suíça. É uma associação com cerca de 100000 membros sem ligação com os partidos políticos e as igrejas. Hoje emprega mais de 100 colaboradores Suíços e uma centena de colaboradores locais no estrangeiro. A Helvetas trabalha em cerca de 20 países espalhados por África, Ásia e América Latina. (Documento de apresentação, sem data)

A Helvetas começou a operar em Moçambique em 1979 em Cabo-Delgado no programa de água rural e em 1987 em Tete. (Documento de apresentação, sem data)

Em 1984 a Helvetas inicia as suas actividades na zona Sul do país mais concretamente no Distrito de Boane no âmbito de um programa de emergência. Em 1987 o projecto transformou-se num programa de desenvolvimento tendo como grupo alvo as organizações de pequenos agricultores e as comunidades. Em 1993, foi redefinido o grupo alvo pois o programa passou a estar aberto para todas as iniciativas de auto ajuda em geral dando particular prioridade à abrangência de grupos socialmente em desvantagem como as mulheres em geral e entre elas especialmente as viúvas, as mães solteiras ou mães cujos os maridos são desempregados. (Documento de apresentação, sem data)

Em 1994 o programa foi alargado para o distrito de Matutuine que faz fronteira com o distrito de Boane a sul, e que foi bastante destruído pela guerra. (Documento de apresentação, sem data)

Em 1996, o Governo de Moçambique aprovou a implementação do Projecto de Áreas de

Conservação Transfronteira (ACTF) no Distrito de Matutuíne. Tomando em conta o trabalho pioneiro da Helvetas, desde há anos, relativo à questão da terra em Moçambique, a Helvetas foi responsabilizada pela implementação do Projecto Capacitação das Comunidades Locais e de Gestão de Recursos Naturais com Base na Comunidade em Matutuíne que é uma componente do projecto ACTF fortalecendo assim, os esforços do governo para promover a descentralização e participação comunitária salvaguardando os interesses da comunidade.

b) Objectivos da HELVETAS em Matutuíne

Segundo o documento do projecto, o objectivo de desenvolvimento geral do mesmo, é contribuir para a capacitação das comunidades locais do Distrito de Matutuíne de modo a poderem participar equitativamente no desenvolvimento do distrito e poderem assim ser evitados os conflitos entre as comunidades locais e o sector privado.

c) Zonas de actuação no local de pesquisa

A Helvetas distingue duas áreas de trabalho no Distrito de Matutuíne. A área 1, entre o rio Maputo e a costa, a sul da reserva de Elefantes de Maputo e a área dois que cobre a Península de Machangulo. A pesquisa decorreu na Península de Machangulo, mais concretamente na comunidade de Santa Maria.

d) Intervenções em curso no local da pesquisa

A Helvetas no âmbito do Projecto de Capacitação das Comunidades Locais e de Gestão de Recursos Naturais com Base na Comunidade realizou na Península de Machangulo o mapeamento da áreas e limites usando metodologias participativas, estabeleceu um processo de consulta e dialogo das comunidades locais para informá-los da natureza e propósitos dos desenvolvimentos reais que serão implementados nas suas áreas, informou-lhes dos seus direitos face a nova Lei de Terras. Realizou um DRP avaliando as necessidades para cada comunidade.

e) Opinião da comunidade em relação as intervenções

Conhecimento dos Objectivos, actividades e métodos

"Recordo-me que apareceram aqueles que explicaram que querem trabalhar com as populações de

Machangulo mas não para dar, oferecer simplesmente para ser facilitador entre o governo, aqueles do turismo e nós população para resolução dos nossos problemas” (segundo Sr. Moisés um pescador)

“Disseram-nos que temos que começar a trabalhar eles vão ajudar. Disseram-nos uma mão lava a outra querendo dizer que nós temos que dar os nossos esforços e unidade e eles ajudarão” (segundo Sr. Chivambo servente da Sede do Posto)

“ Assim que HELVETAS chegou aqui falou que vieram aqui para nos mostrar o caminho a seguir para triunfar, com a escuridão que tínhamos HELVETAS nos iluminou sobre o caminho a seguir” (segundo Sra. Matilde uma camponesa).

“ A HELVETAS fez aqui em Machangulo a demarcação de terras nos diferentes círculos , ajuda em política de ensinar pela boca fazendo, ajuda em chapas para a cobertura de escola” (segundo um Induna)

“ São aqueles que colocaram os marcos da zona e fizeram a delimitação, pediram ajuda as populações. (Um membro da comunidade)

“ Explicou-nos numa reunião no posto quais são os nossos direitos no uso da terra” (Sra. Palmira)

“ Fizeram um seminário em Ndelane onde participaram alguns representantes desta Zona”. (Sra. Jossefa uma camponesa)

Envolvimento da comunidade nas intervenções

“ HELVETAS, realizou uma viagem de estudos a África do Sul, nesta cada comunidade deveria ser representada , mas não foi possível, a viagem de estudo foi representada maioritariamente pela comunidade de Ngomene, além disso não houve divulgação das experiências colhidas. O mesmo aconteceu depois dos seminários de Inluanea e Ndelane”. (Sr. Nhonguana secretário do bairro)

" Fizeram a demarcação dos círculos de Machangulo, então eles pediram ajuda a pessoas mais antigas daqui" (Sr. David um pescador)

" Quando é para desenvolver a zona a comunidade envolve-se pois já está cansada desta vida" (Sr. Nhonguene um pescador)

Avaliação que a comunidade faz das intervenções

"HELVETAS, mostra embora lento, aquilo a seguir para nos salvar. Só que a comunidade ainda não interiorizou". (Sr. Mapanga um líder tradicional)

" HELVETAS ainda não activou, as suas acções não são visíveis, Também há falta de união na comunidade. A coisa mais importante é que haja emprego, que pode começar depois da aquisição de um barco a motor". (um pescador)

"HELVETAS ainda está a começar, mas por exemplo em Ngomene que estão organizados cortaram caniço e fizeram a escola e HELVETAS ofereceu chapas. Mostra que anda juntamente com o povo, viu que a comunidade de Ngomene não tem poderes mas que trabalham para receber ajuda." (Sr. Fundamo um membro da comunidade)

"Acho que nada mudou, e é difícil dar antes de sermos unidos. Mas, HELVETAS, dá o sinal que vai fazer algo pois vem com a política de ensinar, apesar de muitos de nós estarmos habituado a política de oferecer bens, com isso quero dizer que HELVETAS vai enfrentar problemas para mudar a atitude da comunidade". (um membro da comunidade)

f) Outras informações relevantes

A Helvetas segundo relatos de alguns entrevistados esteve por duas vezes na comunidades de Santa Maria onde realizou um DRP envolvendo os líderes locais e a comunidade, fez a divulgação da lei de terras numa reunião em que a comunidade participou activamente.

VIII.1.2.2.2. INTERMÓN - Internacional

a) Breve historial

A INTERMÓN, segundo a coordenadora em Matutuíne, foi fundada em 1956 como uma organização de apoio ao desenvolvimento, erradicando a pobreza das populações do Sul (Terceiro Mundo) e proporcionar-lhes as medidas para que possam alcançar o seu próprio desenvolvimento.

A INTERMÓN é membro da Oxfam internacional, grupo formado por 11 ONG's (Oxfam América, Community Aid Abroad, Oxfam Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam Hong Kong, Novib, Oxfam Nova Zelândia, Oxfam Quebeque, Intermón Oxfam Espanha, Oxfam Grã Bretanha e Oxfam Irlanda) de desenvolvimento, procedentes de diferentes países, que compartilham valores e estratégias e colaboram em diferentes campos para somar esforços e ser mais efectivas em seus trabalhos de combate à pobreza e à injustiça no mundo.

Coopera na realização de mais de 500 projectos de desenvolvimento em 31 países promovendo a solidariedade, denuncia as injustiças que causam a pobreza e fomenta o comércio justo.

Em Moçambique a INTERMÓN tem participado em programas de desenvolvimento rural desde 1991 durante a guerra. Nessa altura, o programa visava apoiar a população de refugiados moçambicanos no Zimbabwe e alguma população deslocada nas Províncias de Manica e de Sofala.

A partir de 1992 a INTERMÓN começou a procurar novas oportunidades de trabalho estando neste momento envolvida com projectos nas Províncias de Niassa, Nampula, Sofala e Maputo.

b) Objectivos da INTERMÓN em Matutuíne

Segundo a responsável, a INTERMÓN em Matutuíne tem como objectivos elevar o nível de vida das populações através da dinamização do tecido económico, dinamização social, dinamização de organizações de base e na gestão dos recursos disponíveis.

c) Zonas de Actuação no local de pesquisa

No Distrito de Matutuíne a INTERMÓN, segundo a coordenadora do programa, trabalha na sede do distrito (Bela Vista) e nos postos administrativos de Machangulo e Salamanga. A pesquisa decorreu em Bela Vista e Machangulo.

d) Intervenções em curso no local de pesquisa

Na zona de estudo segundo a coordenadora, a INTERMÓN realiza um Programa Integrado, cujas componentes são o projecto de educação em colaboração com o Ministério da Educação através da Direcção Distrital de Educação e um projecto de crédito monetário.

e) Opinião da comunidade em relação as intervenções

Conhecimento dos objectivos, actividades e métodos

"A INTERMÓN é uma organização que faz empréstimos para aquele que acha que pode. Este crédito monetário pode servir para construção de barracas assim, quando tiver retorno devolve ao credor mensalmente uma parte do crédito". (um membro da comunidade)

"Uma particularidade deste crédito é que se não consegue devolver o dinheiro a pessoa não é sancionada só informa ao devedor o montante da sua dívida". (um membro da comunidade)

"A INTERMÓN dá crédito para diferentes fins como o comércio, compra de material para pesca para melhorar a qualidade das actividades aqui desenvolvidas" (Sr. Mateus um pescador)

"INTERMÓN são aqueles que fizeram a casa dos professores" (uma camponesa)

"Aqueles da INTERMÓN ajudaram na construção da casa dos professores e ajudou os barraqueiros" (Sr. António)

"Quando chegaram aqui INTERMÓN fez uma reunião no posto, eles queriam ajudar os comerciantes e os pescadores, para levantar o negócio, aqui três comerciantes aderiram, eu fui um deles" (um comerciante beneficiário)

"Uma coisa boa que INTERMÓN fez foi a capacitação das pessoas beneficiárias do crédito, fez um curso chamado micro-projectos em Bela-Vista (comerciante beneficiária)

*"Inicialmente concede-se o crédito a um grupo de três, neste momento os créditos são individuais".
(Um beneficiário)*

"Sim, sou beneficiária. Eles (INTERMÓN) fizeram um concurso de melhor mutuário em termos de devolução da dívida em bela vista uns ganharam cabeça de gado outros cabritos e outros galinhas ou patos". (Um membro da comunidade)

Envolvimento da comunidade nas intervenções

"INTERMÓN deu um curso de gestão de micro-empresas hoje já sei que de vez em quando é preciso fazer o balanço, já sei fazer registo de dívidas, mesmo não conseguindo fazer completamente, mas tento". (Uma beneficiária)

"Uma coisa que queria dizer a respeito da INTERMÓN é que realizou cursos para os beneficiários em Bela-Vista, porque não aqui? Assim, não foi possível atrair devidamente outros beneficiários. Ninguém dos que não faziam parte dos três beneficiários viu como é" (um secretário do bairro)

"Quando construíram a casa dos professores os pedreiros foram contratados fora de Machangulo, não sabemos de onde eles vinham" (uma camponesa)

"A inauguração da casa dos professores foi na Bela-Vista e eles fizeram a casa aqui, não esteve um representante da comunidade de Machangulo, o que fizeram foi trazer as chaves" (um professor)

Avaliação que a comunidade faz das intervenções

*"INTERMÓN faz uma coisa muito boa que é dar o crédito de já para já mas, uma coisa importante neste crédito é que eles exigem garantias que muitas pessoas daqui não conseguem suportar, deste modo não é um projecto que ajude a comunidade no geral é só para algumas pessoas que podem"
(Sr. Nhonguana um pescador)*

"INTERMÓN, compara com duas pessoas que saem daqui para Natal um com passaporte com visto e outro sem visto, é claro que vai entrar aquele que tem visto. Para dizer que a INTERMÓN ajuda

aquele que tem, um como eu não tem dinheiro a INTERMÓN não tem nada a ver. Para dizer que não está preocupado com os mais necessitados” (Sr. Chivambo)

“INTERMÓN ajudou porque temos as barracas, mas o problema é que aqui as pessoas não tem emprego, então onde vão arranjar o dinheiro para gastar nas barracas?” (Sra. Matilde)

f) Outras informações relevantes

Esta ONG, segundo a sua coordenadora, começou a trabalhar em Matutuíne em 1994, com o projecto de Educação que priorizou a construção de casas para os professores em zonas distantes da sede do distrito; reabilitou o sistema de abastecimento de água e construiu 200 casas de material local para as famílias vulneráveis.

Trabalha também, com grupos de mulheres na formação de grupos para o processamento de alimentos, corte e costura.

Realiza um programa de crédito onde primeiro, faz uma pesquisa nas comunidades abrangidas para ver a necessidade de crédito na zona estudando a vida social, económica e a organização da comunidade. Depois, cada membro da comunidade é livre em escolher o seu projecto, esta ONG dá o seu parecer da viabilidade do micro-projecto e uma comissão escolhida pela comunidade dá o seu parecer sobre a idoneidade deste beneficiário.

Segundo os membros da comunidade, a INTERMÓN entrou em Machangulo através das estruturas Administrativas locais, realizou uma reunião em que estiveram presentes membros da comunidade explicando as razões da sua vinda. Explicaram que traziam um programa de crédito destinado aos comerciantes e aos pescadores o objectivo era o de expandirem ou melhorar as actividades comercial e pesqueira.

Neste programa aderiram um grupo de pescadores associados e três comerciantes da zona.

No geral a população não se mostrou satisfeita com este programa, porque segundo eles não tem emprego e portanto não têm dinheiro para gastar nas barracas, raramente vêm o pessoal da INTERMÓN e não é exactamente um crédito que eles precisam neste momento para melhorar as suas condições de vida.

Eles falam muito que o que realmente querem é o emprego, a melhoria das condições de acesso principalmente rodoviário através da aquisição de um tractor.

Os comerciantes beneficiários acham que este crédito não é rentável porque os produtos vêm do Maputo e gastam muito dinheiro no transporte, o acesso mais fácil a Santa Maria para a comunidade é por via marítima e levam cerca de 5 horas para chegar a Maputo isso se as condições de temperatura forem favoráveis.

Na opinião dos pescadores associados, eles, acham que os montantes deveriam ser maiores, permitindo que adquiram um motor para os seus barcos. Montantes pequenos não ajudam muito para além de que tem que fazer o pagamento das dívidas na Bela-Vista.

VIII.2. Província de Gaza

VIII.2.1. Distrito de Xai-Xai

VIII.2.1.1. Apresentação da zona

O Distrito de Xai-Xai possui uma boa localização geográfica situado na região sueste da Província de Gaza onde é atravessado pelo rio Limpopo, tendo portanto uma parte do Distrito numa e noutra margem do mesmo rio. A leste e sul é limitado pelo Oceano Índico, ao norte se limita com os distritos de Mandlakazi e Chibuto, enquanto que a oeste faz fronteira com o Distrito de Bilene. (Sitoe & Macucule, 1996)

A densidade populacional relativamente elevada do Distrito de Xai-Xai tem sido motor de alguns conflitos⁹⁾ sobre o direito a terra. (ACNUR/PNUD, 1997).

A agricultura¹⁰⁾ é a actividade dominante das famílias camponesas. (ACNUR/PNUD, 1997).

A pecuária¹¹⁾ é uma actividade desenvolvida localmente não só com vista ao consumo familiar mas também com vista à comercialização. (ACNUR/PNUD, 1997).

Os animais selvagens¹²⁾ constituem um suplemento importante na dieta da população do distrito. Sendo um distrito costeiro e possuindo vários cursos de água e lagoas o peixe é também parte integrante da dieta das famílias. (ACNUR/PNUD, 1997).

⁹⁾ Estando na sua origem a deficiente delimitação de terras, os mediadores dos conflitos são os chefes dos Postos Administrativos. Sendo o acesso a terra, água e áreas de pastagens mediado pelas estruturas tradicionais e oficiais. (ACNUR/PNUD, 1997).

¹⁰⁾ As culturas alimentares básicas para as mesmas são a mandioca, o milho, o feijão e o amendoim, que constituem a base da dieta das famílias. A principal cultura de rendimento é a castanha de cajú. (ACNUR/PNUD, 1997).

¹¹⁾ os animais domésticos mais frequentes criados pelas famílias são as galinhas, cabritos, porcos, bois e ovelhas. Burros e bois são utilizados como animais de tracção. (ACNUR/PNUD, 1997).

¹²⁾ Para tal, os animais mais caçados são animais de pequeno porte, como gazelas e lebres, e aves, como perdizes e outras. (ACNUR/PNUD, 1997).

Quanto às fontes de água, os poços e furos constituem as principais, tendo como fontes alternativas os rios, lagos e charcos. (ACNUR/PNUD, 1997).

O Distrito não possui nenhuma escola secundária, o que diminui a possibilidade dos alunos graduados do EP2 prosseguirem os estudos. (ACNUR/PNUD, 1997).

Os grupos étnicos mais representativos são os machanganas com cerca de 90%; Machopes 8% e outros grupos com cerca de 2%. (ADCR, 1999)

VIII.2.1.2. Descrição das ONG's

VIII.2.1.2.1. ADCR - Nacional

a) Breve historial

ADCR (Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Xai-Xai) foi formada a partir do desmembramento da UPBL¹³⁾ (Unidade de Produção do Baixo Limpopo). É nesse âmbito que surge a Unidade de Direcção Agrária de Xai-Xai (UDA)¹⁴⁾ Esta UDA funcionou durante seis anos consecutivos como um braço executivo da DPAP, sem que existisse uma definição legal sobre o seu estatuto orgânico, normas de funcionamento, sem que as suas funções e tarefas estivessem legalmente definidas e conseqüentemente sem suporte financeiro para o salário do pessoal. (Documento de Apresentação, 1996)

De 1982 a 1987 a UDA trabalhou em colaboração com o Serviço de Regadio do Baixo Limpopo (SRBL) na drenagem das margens direita e esquerda do rio Limpopo e na distribuição de terras aos camponeses dando início ao ciclo de produção, ao processo de organização dos camponeses e à construção e montagem das casas agrárias. (Documento de Apresentação, 1996)

Estas acções eram financiadas pela NOVIB (Organização Holandesa para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento) e ainda pelo orçamento de Investimento do Governo da Província cujo o início foi a partir de 1987 até meados de 1990. (Documento de Apresentação, 1996)

Entretanto em 1989, com base na experiência obtida no trabalho com os camponeses, e com base nas experiências colhidas com outras organizações da região particularmente com organizações

¹³⁾ Empresa Estatal que englobava uma área de aproximada de 7000 hectares de terra, vocacionada particularmente a produção de cereais, surgiram cinco pequenas empresas, dimensionadas em pequenas áreas consoante as suas capacidades de produção. (Documento de Apresentação, 1996)

¹⁴⁾ Cujas funções eram a de organização, gestão e supervisão destas pequenas empresas. Trabalhava com Empresas Estatais (Magul e Socas),

Zimbabweanas, começou-se a tecer as primeiras ideias sobre a criação de uma organização que englobasse as acções já iniciadas pela UDA e pudesse dar continuidade ao mesmo. (Documento de Apresentação, 1996)

De um total de 50 trabalhadores então existentes na UDA, 18 ofereceram-se para “voluntariamente” em colaboração com a NOVIB, levar a cabo a tarefa que os esperava de formarem uma nova associação em Gaza. Finalmente atingiram a fase em que fosse possível a aprovação e legalização em Fevereiro de 1992. (Documento de Apresentação, 1996)

b) Objectivos da ADCR em Xai-Xai

O objectivo geral da ADCR segundo um elemento do Departamento de Extensão e Animação da ADCR é o de promover o desenvolvimento das comunidades rurais com vista ao seu desenvolvimento económico e social. Tem com objectivos específicos a criação de projectos procedida de uma investigação e identificação das prioridades de desenvolvimento de cada comunidade rural, com vista a alcançar resultados práticos, assistir os grupos organizados na animação, criação e desenvolvimento de projectos e estimular iniciativas de auto-suficiência através da animação e formação de grupos organizados no seio das comunidades rurais do Vale do Baixo Limpopo.

c) Zonas de actuação no local de pesquisa

A zona de trabalho compreende 11 aldeias do distrito de Xai-Xai, nomeadamente Chicumbanene, 3 de Fevereiro, OMM, Chiconela e Vlademir Lenine na margem direita do rio Limpopo e Nhancutse, Siaia, Poiombo, Nhoncoene e Fidel Castro, margem esquerda do mesmo rio. A pesquisa decorreu na margem esquerda do rio Limpopo.

d) Intervenções em curso no local de pesquisa

Conforme os técnicos da ADCR estão em curso três grandes programas ,que são nomeadamente, o Programa de construção e montagem das Casas Agrárias, Programa de crédito para tracção animal e o Programa agro-florestal de Xai-Xai

cooperativas e sector familiar disperso dando assistência técnica agrícola. (Documento de Apresentação, 1996)

e) Opinião da comunidade em relação as intervenções

Conhecimento dos objectivos, actividades e métodos

“ADCR, visitou os nossos trabalhos aqui na baixa viu que nós tínhamos capacidade de fazer muita coisa mas, não tínhamos meios, trabalhamos juntos durante alguns dias para encontrar-mos juntos uma forma de melhorar a nossa situação, assim, nos apoiou com o crédito de campanha que vamos pagar no fim da época” (Grupo Combate a Fome)

“Depois que aqueles da comissão agrária saíram, ADCR precisou de um grupo que estivesse unido para tomar conta da casa agrária, eles nos explicaram como tínhamos que começar a trabalhar, como íamos tratar dos créditos então nós aceitamos e já temos bons resultados como estás a ver aí nas capoeiras e no moinho” (Sr. Jonas Inguane)

Envolvimento da comunidade nas intervenções

“Nós éramos das antigas cooperativas, as coisas andavam mal e as pessoas começaram a desistir, foi quando vieram os da ADCR para nos orientar e nós conseguirmos trabalhar” (Grupo Cooperativo de Nhancutse)

“Fizemos uma reunião aqui na nossa cooperativa, trabalhamos todos juntos para encontrar soluções para os nossos problemas, foi uma reunião muito animada” (um membro do grupo Nhancutse)

“Fomos visitar uma outra aldeia para sabermos como eles trabalham foi muito animado, cantamos, dançamos eles nos filmaram depois nos mostraram o filme” (membro do grupo Combate a Fome)

“Visitamos o pomar de Poiombo, eu gostei muito porque aquilo foi bem feito, estou satisfeito agora vou fazer o meu pomar” (um membro da comunidade)

“Aqui na escola seleccionaram alguns alunos e ensinaram a fazer enxertia e ensinaram como se cuida um pomar, são eles que passaram a cuidar do pomar e ensinaram a outros estudantes para

trabalhar num sistema rotativo no pomar escolar” (um professor)

Avaliação que a comunidade faz das intervenções

“Estou a gostar da forma deles de trabalhar, saímos muitas vezes para visitar outras aldeias ou eles vêm para aqui, isso é muito bom porque promove a troca de ideias e saímos a ganhar porque temos novos amigos” (grupo Nhampondzoene)

“Aderi logo de início aos programas da ADCR, todo o meu quintal tem árvores de fruta, plantei também eucaliptos em volta da casa e na minha machamba, já estou a ver os resultados, ainda hoje vendi estacas a uma pessoa” (Sr. Macamo um membro da comunidade)

“Essa maneira de trabalhar é muito boa, juntos identificamos os problemas e as soluções, ADCR está a ajudar-nos muito, além de que ensinam as pessoas para conseguirem fazer sozinhas”. (Um membro da comunidade)

f) Outras informações relevantes

Segundo técnicos da ADCR o Programa de Construção e Montagem de Casas Agrárias iniciou em 1988 na altura da UDA com o financiamento da NOVIB, com a construção da Casa Agrária de Poiombo na margem esquerda do rio Limpopo. Seguiram-se a construção de mais quatro e neste momento procura-se financiamento para as restantes seis aldeias. A componente principal destas casas agrárias no início do seu funcionamento que foi durante o período da guerra era a venda de insumos e produtos agrícolas, depois deste período passou a ser um centro de actividades cujas componentes são o moinho, , loja, sala de reuniões, cursos, capoeiras para a criação de animais, etc. No projecto de construção das casas agrárias segundo os meus entrevistados a população participa no fornecimento de água e areia e o trabalho técnico é feito através da equipe de operários residentes nas aldeias, a ADCR fornece o material.

A gestão das casas agrárias segundo informações colhidas no terreno, numa primeira fase esteve sob gestão da UDA/ADCR, e entregues a comunidades depois da extinção da UDA. Quando foi entregue a comunidade esteve primeiro sob responsabilidade duma comissão agrária que representava os camponeses e dinamizava o trabalho no terreno, esta era composta por cinco elementos em cada

aldeia. A comissão agrária foi criada pela DDAP para representa-los nas aldeias. Dificuldades de gestão por parte destas comissões levaram a que a ADCR mudasse de estratégia. Para tal dinamizou associações, grupos tradicionalmente formados e organizações tradicionais de ajuda mútua como os de *Tsima*¹⁵⁾ e *Cofunana*¹⁶⁾ de forma a que se organizassem melhor para que fossem capazes de gerir as casas agrárias; e passou a gestão das casas agrárias a estes grupos. Durante o processo de dinamização e outros programas os técnicos da ADCR usam o Método ZOPP¹⁷⁾ para a identificação dos problemas e suas possíveis soluções.

Segundo informações dos técnicos da ADCR o Programa de Crédito para a Tracção Animal, iniciou através de um empréstimo bancário ao BPD actual Banco Austral que permitiu a aquisição de 120 cabeças de gado. Neste programa o processo de venda é efectuado através de um contracto cujas modalidades de pagamento consistem de uma entrada com determinada importância monetária e o pagamento em prestações de seis meses num período de quatro anos. O programa de crédito para tracção animal tem tido um impacto positivo nas famílias camponesas mais abastadas porque segundo alguns membros da comunidade a tracção permite-lhes a redução do tempo de trabalho podendo alugar a outras famílias com poucos recursos.

O programa de crédito de campanha está a ser concedido ao camponês através das casas agrárias que são directamente responsáveis pelo seu reembolso. Os beneficiários deste programa são as famílias mais vulneráveis e mulheres.

Programa agro-florestal de Xai-Xai, segundo o documento do projecto este programa pretende motivar e capacitar as famílias das 11 aldeias de influência da ADCR sobre o uso e manejo sustentável dos recursos naturais renováveis, através da promoção e execução de práticas agro-florestais.

A ADCR, possui um camião que apoia os camponeses durante a fase da comercialização agrícola. Apoia ainda iniciativas da comunidade, por exemplo, a grupos de mulheres que pretendam fazer corte e costura incentivando iniciativas de desenvolvimento local.

¹⁵⁾ Van Vugt, 1992, define o "*Tsima*" como sendo a realização duma operação pontual, seguida de celebrações. Com o "*Tsima*", realizam-se trabalhos que custam muita mão-de-obra e que devem ser feitos o mais rápido possível para não perder a produção agrícola.

¹⁶⁾ Van Vugt, 1992, diz que "*Cofunana*" é um sistema rotativo de troca de mão-de-obra em que não é preciso oferecer bebida ou comida aos participantes depois de terminada a jornada de trabalho.

¹⁷⁾ Segundo NORAD, sem data, o Método ZOPP ou o Método do Quadro Lógico (MQL) é um instrumento analítico de planificação e gestão de projectos orientados para objectivos, tem como palavras chaves, orientados para objectivos, orientados para grupos-alvo e participativo. A utilização deste método ajuda a clarificar o propósito e a justificação de um projecto, identifica as necessidades de informação, define com clareza os elementos-chave de um projecto, analisa o contexto do projecto numa fase ainda preliminar, á comunicação entre todas as partes envolvidas e identifica como é

A ADCR colabora com certos grupos ou associações locais há mais de 10 anos, sendo um deles o Grupo Nhampondzoene da aldeia Fidel Castro.

VIII.2.1.2.2. VISÃO MUNDIAL - Internacional

a) Breve historial

1948 - Bob Pierce, um jovem evangelista americano que trabalhava sobre os auspícios da juventude cristã, fez a sua segunda viagem a China para filmar o seu primeiro filme de destaque sobre as missões cristãs, durante a sua estadia o jovem deparou-se com o sofrimento das raparigas da missão e prometeu ajudar com os fundos que advinham das suas reportagens. (World Vision History Briefs, 1990)

1949 - No princípio do ano, Pierce viajou para a Coreia dando continuidade ao seu trabalho de evangelização. De volta aos Estados Unidos em Julho Pierce falou do sofrimento da Igreja, na Coreia comunista. Para gerir os fundos que advinham das reportagens de Pierce, sobre a guerra a World Vision foi formada como uma nova organização missionária, em 22 de Setembro em Portland, Oregon, tendo Pierce como presidente. Nessa altura a World Vision dirigiu as suas directrizes em cuidar das viúvas e órfãos, ajudar os pobres e os esfomeados, doentes e garantir a presença do Gospel de Jesus Cristo. (World Vision History Briefs, 1990)

1989 - A World Vision inicia as suas actividades em Moçambique no âmbito do programa de emergência assistindo 35000 pessoas na Província da Zambézia.

Em 1994 com o fim do programa de emergência em Moçambique, a Visão Mundial expande as suas actividades para outras áreas nas Províncias de Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula e inicia projectos de desenvolvimento agrário integrado. Sendo uma das maiores organizações a operar no país. (World Vision, 1996)

A organização patrocina 834000 crianças e mantém 5510 projectos em mais de 80 países, com um total estimado de 17,2 milhões de beneficiários. 48 operações estão em campo, 17 em África, 16 na Ásia, 14 na América Latina e Caraíbas, e uma na Europa do Leste. (World Vision History Briefs, 1990)

que o sucesso ou fracasso de um projecto deve ser medido.

b) Objectivos da Visão Mundial em Maciene

A Visão Mundial tem como objectivos segundo um técnico do projecto em Maciene, fortalecer as famílias vulneráveis, especialmente as vítimas da guerra, a juventude e os desmobilizados que iram retornar as actividades agrícolas como parte da sua reintegração na comunidade. Dá especial atenção e apoio a mulher tornando-a mais activa e confidente nas suas capacidades produtivas e melhorar o seu nível de vida. Atenção especial é dada também aos potenciais produtores que, actualmente não dispõe de capital.

c) Zonas de actuação no local de pesquisa

Localidade de Maciene; Vila de Maciene, Marramene, Gangalane e Cumbene no Distrito de Xai-Xai Província de Gaza.

d) Intervenções em curso no local de pesquisa

Está em curso o projecto denominado *Maciene Vision*, este projecto tem como componente principal o Programa de Reabilitação Agrária (ARP – Agricultural Rehabilitation Programme), com seis sub-programas nomeadamente, a extensão rural, o melhoramento de variedades, a assistência a produção e repovoamento pecuário, a tracção animal a organização das comunidades e fortalecimento dos produtores rurais e a comercialização agrícola e armazenamento de produtos.

e) Opinião da comunidade em relação as intervenções

Conhecimento dos objectivos, actividades e métodos

“ A Visão Mundial contactou-me para trabalhar com eles, pediram uma pequena parcela da minha machamba para fazerem a multiplicação de estacas de mandioca e ramas de batata-doce e eu estou como responsável da machamba, a ideia é distribuir este material aos outros camponeses” (Sr. Macie um camponês de contacto da VM-M)

“Estão a fazer os ensaios na minha machamba com leucaena e feijão bóer, o técnico informou-me que é para misturar com o solo melhorando as suas qualidades” (Sr. Abraham camponês de contacto da VM-M)

“Estou consciente de que se trata de uma experiência e se a mesma resultar bem, eu posso transmitir a outras pessoas” (Uma camponesa de contacto da VM-M)

Envolvimento da comunidade nas intervenções

“Os outros camponeses vêm como eu estou a fazer na minha machamba junto com Visão Mundial, se eles gostarem desta forma de trabalhar e só pedir que eu vou explicar” (uma camponesa de contacto da VM-M)

“Quando eles querem introduzir o crédito da pecuária, falam primeiro comigo do programa que tem eu depois falo com os secretários dos bairros e juntos fazemos a selecção das pessoas depois entregamos a Visão Mundial para dar o crédito” (presidente da localidade de Maciene-Sede)

“Eu foi contratado aqui para trabalhar na obra da Visão Mundial de construção da escola” (um operário)

Avaliação que a comunidade faz das intervenções

“Esta maneira de trabalhar é muito boa, eles estão a fazer os ensaios aqui eu acompanho, quando o resultado for bom eu estou em condições para passar a outros agricultores” (um camponês de contacto da VM-M)

“Este projecto que estão a testar aqui na minha machamba com leucaena e feijão bóer é muito bom, posso semear outras culturas sem nenhum problema também serei a primeira pessoa a experimentar este programa aqui” (Sra. Muthemba uma agricultora)

“Este projecto ajudou-nos muito, os alunos do internato não tinham comida, eles estão a trabalhar nas machambas e a produção é para o consumo deles e se sobrar nós vamos vender e este dinheiro reverte-se a favor do internato” (um professor)

f) Outras informações relevantes

A Visão Mundial em Maciene começou a desenvolver programas de desenvolvimento da comunidade, depois que findou o programa de emergência, tendo sido solicitada pela Igreja Anglicana¹⁸⁾.

No Programa de Extensão Rural a VM-M organizou uma rede informal de extensão rural, em que faz o contacto com os camponeses e líderes comunitários contando com um forte apoio dos agricultores influentes e das autoridades formais e informais.

No programa de melhoramento de variedades faz-se a multiplicação com os camponeses e ensaios nas machambas dos camponeses. Este programa conta com a colaboração do INIA, e as variedades utilizadas são as testadas e aprovadas pelo INIA.

Também multiplica-se espécies diferentes de arvores de fruta e promove-se a produção de vegetais, neste são envolvidos os camponeses, os alunos e professores do internato e as freiras da Igreja Anglicana.

No programa de assistência e repovoamento pecuário a VM-M apoia na assistência a produção pecuária através da montagem de uma farmácia comunitária e de um técnico da pecuária que apoia os criadores de gado, a farmácia comunitária é gerida por uma associação de produtores de gado.

Ainda no programa pecuário o crédito para ser concedido é necessário que o Presidente da localidade e o seu pessoal façam a escolha de quem se beneficia, a VM-M deixa tudo ao critério dos líderes.

A VM-M também promove o repovoamento de espécies de pequeno porte, nesta componente desenvolve e promove a produção associada e o impacto desta é positivo tanto que os grupos associativos já vendem a sua produção.

No programa tracção animal foram vendidos implementos agrícolas em forma de crédito, os beneficiários já estão a ver os resultados positivos de se usar tracção animal.

¹⁸⁾ É em Maciene onde está localizada a mãe (catedral) da Igreja Anglicana em Moçambique).

VIII.3. Opinião da comunidade em relação a ONG's

Alguns relatos para reflexão

"De facto aparecem algumas organizações que não me recordo do nome, como são ditos em português não consigo fixar. Durante a guerra ajudou-nos levou-nos até Inhaca" (segundo Sr. David um pescador de Santa Maria)

"Pode chegar aqui uma organização com estas e aquelas promessas mas quando não consegue convocar a comunidade e informar aquilo de quer fazer não é possível trabalhar bem aqui". (segundo Sra. Amélia uma camponesa)

"Por exemplo aqui aparecem algumas organizações mostram muitos projectos bons, a gente admira-os, mas quando não conseguem fazer não vêm explicar a comunidade que tudo o que foi traçado não é possível por esta ou aquela razão". (um membro duma comunidade)

"O que acontece é que nós estamos confusos porque hoje aparece este amanhã aquele depois desaparece sem satisfação, assim, é difícil seguir que de facto está a fazer o quê e é difícil analisar as suas acções" (Sr. Fundamo)

"Como eu disse, não conheço as organizações em nomes, mas existem aqueles que prometem mas, não fazem o que faz-nos pensar que eles não são sérios". (Um camponês)

"Olha minha filha, alguém pode aparecer dar-te arroz comer hoje e amanhã, quando acabar vai precisar de um outro saco, ele deve dar-te outro mas, esta pessoa não vai dar todos os dias, assim, vale a pena dar-te a enxada para cultivar o arroz do que o próprio arroz". (Um membro duma comunidade)

a) Breves comentários da pesquisadora

Estes são apenas alguns relatos para reflexão. As comunidades rurais mostram-se bastante agastadas com as ONG's e não entendem a razão de certas atitudes. Em muitos casos a comunidade não

percebe a distinção entre governo e ONG's isto é mau para ambas as partes, gera-se na comunidade um clima de desconfiança sendo uma razão muito forte para que as comunidades não sejam receptíveis a outro tipo de intervenção.

Aquelas ONG's que fazem diagnósticos, entrevistas, inquéritos, reuniões, etc. na comunidades mesmo que não queiram implementar algum projecto nas comunidades, que façam a reposição dos dados e expliquem as razões da não implementação, será bom tanto para as ONG's que pretendam introduzir-se nas comunidades como para a própria comunidade.

IX. DISCUSSÃO E ANÁLISE

Esta análise é uma contribuição ao debate sobre as formas de actuação das ONG's (nacionais e internacionais), estou consciente que não pude enfatizar todos os aspectos em relação as ONG's, entendo que trata-se de uma problemática complexa de mais. Mas, fiz escolhas ou seja tentativas de fazer uma análise sistematizada e ainda, uma primeira tentativa de tirar algumas conclusões para futuras pesquisas.

Faço uma análise das ONG's quanto à participação vista por Biggs (1989), Pretty (1994) e Okali et al. (1994) e Nelson & Wright (1995). Confrontando assim, a teoria destes autores com a realidade vista no terreno sobre a forma de participação usadas pelas ONG's tanto nacionais como internacionais. (vide cap. VII. 3ª)

Dou a minha opinião em relação a outras formas de relacionamento ou métodos usados pelas ONG's junto das comunidades beneficiárias dos seus projectos. E neste ponto, para além duma visão geral da organização, olho para as formas de relacionamento/métodos usados principalmente na extensão rural.

Finalmente avalio a sustentabilidade dos projectos implementados pelas ONG's no terreno segundo quatro critérios de sustentabilidade definidos por Kanshahu (1996). (vide cap. VII. 3ª). Ciente de que, esta análise é uma primeira tentativa para entrar no fundo de um assunto bastante polémico, muito discutido e criticado pela opinião pública, devo enfatizar que uma problemática como a sustentabilidade dos projectos tem muitas facetas. Teóricamente as coisas podem parecer fáceis, na prática aparecem sempre barreiras ou complicações não previstas

IX.1. Verificação do grau de utilização dos métodos participativos por parte das ONG's nacionais e internacionais junto do público alvo.

Tabela 9. A Confrontação da teoria de Biggs, (1989). (vide tabela 2)

Organização	Estatuto	Modo de participação	Algumas razões da escolha pela pesquisadora
ADCR	Nacional	Colegial/colaborativo	<ul style="list-style-type: none">▪ Fortalecimento de grupos de entre ajuda.▪ Participação de grupos comunitários através do ZOPP
UNAC	Nacional	Colegial	<ul style="list-style-type: none">▪ Seus parceiros trabalham no fortalecimento da organização. Fortalece-se também a si..
KULIMA	Nacional	Consultivo	<ul style="list-style-type: none">▪ Realização de inquérito no início das suas actividades.
HELVETAS	Internacional	Colegial	<ul style="list-style-type: none">▪ Fortalecimento das comunidades (divulgação da lei de terras)
INTERMÓN	Internacional	Consultivo	<ul style="list-style-type: none">▪ Consulta/divulgação dos programas de crédito através de reuniões.
VISÃO MUNDIAL	Internacional	Contratual/Colaborativo	<ul style="list-style-type: none">▪ Camponeses emprestam suas machambas para programas de melhoramento de variedades.▪ Uso de agricultor de contacto nos ensaios e multiplicação de sementes.

Segundo a confrontação com a teoria de Biggs (1989), a ADCR mostra um modo de participação colegial/colaborativo. Colegial porque esta organização procura fortalecer os grupos de entre-ajuda das comunidades de Xai-Xai e, de acordo com a teoria de Biggs (1989), uma participação é colegial quando os investigadores trabalham para o fortalecimento dos camponeses informais. É também colaborativa porque através do método ZOPP envolve estes grupos na identificação dos problemas e suas possíveis soluções e, de acordo com a teoria de Biggs (1989), um modo de participação colaborativo existe quando investigadores e camponeses colaboram como sócios no processo de investigação.

A UNAC, mostra uma participação colegial porque é uma organização que procura fortalecer-se a si própria os seus parceiros não fogem a este objectivo.

A Kulima mostra uma participação consultiva devido ao facto de consultar as comunidades através da realização de inquéritos e reuniões, o que de acordo com a teoria é consultivo quando investigadores

consultam os camponeses sobre os seus problemas e depois desenvolvem soluções.

A Helvetas mostra uma participação colegial porque trabalha no fortalecimento das comunidades, a título de exemplo fez a divulgação da lei de terras nas comunidades de Santa Maria fortalecendo assim estas comunidades, quanto ao conhecimento dos seus direitos sobre a posse de terra.

A Intermón usa uma participação consultiva dado que esta ONG faz a consulta junto das comunidades beneficiárias dos projectos através de reuniões explicando os seus programas as comunidades beneficiárias.

Por último, a VM-M mostra uma participação contratual/colaborativa, contratual porque os camponeses emprestam as suas machambas para os ensaios das variedades (de acordo com a teoria é contratual quando investigadores contratam camponeses para providenciar terra ou serviços) e também é colaborativo porque colabora no programa de multiplicação de sementes e ensaios de sabor com os camponeses de contacto.

Tabela 10. A confrontação segundo a teoria de Pretty, (1994). (vide tabela 3)

Organização	Estatuto	Tipo de Participação	Algumas razões da escolha pela pesquisadora
ADCR	Nacional	Participação interactiva/Participação por incentivos materiais	<ul style="list-style-type: none">▪ Uso do método ZOPP.▪ Programas de crédito.
UNAC	Nacional	Auto-mobilização	<ul style="list-style-type: none">▪ Membros contribuem para o seu próprio fortalecimento.
KULIMA	Nacional	Participação pela consulta/Participação por incentivos materiais	<ul style="list-style-type: none">▪ Realização de inquérito.▪ Programas de crédito.
HELVETAS	Internacional	Participação interactiva	<ul style="list-style-type: none">▪ Na realização do DRP e posteriormente na reposição dos dados.
INTERMÓN	Internacional	Participação por incentivos materiais	<ul style="list-style-type: none">▪ Programas de crédito
VISÃO MUNDIAL	Internacional	Participação Funcional/Participação por incentivos materiais.	<ul style="list-style-type: none">▪ População não é envolvida no processo de planeamento.▪ Programas de crédito.

Confrontando a teoria de Pretty (1994) com a realidade do terreno a ADCR usa a participação interactiva e a participação por incentivos materiais. Interactiva porque envolve os beneficiários através do método ZOPP e da animação e, segundo a teoria, uma participação é interactiva quando a

população participa nas análises que conduzem a planos de acção. Usa também uma participação por incentivos materiais porque, por exemplo, nos programas de crédito os beneficiários participam porque têm o anseio de receber o crédito, e a teoria diz que há participação por incentivos materiais quando a população participa porque quer receber recursos materiais.

A UNAC usa uma participação do tipo auto-mobilização dado que são os próprios membros da organização e os seus parceiros que contribuem para o seu fortalecimento e segundo a teoria uma participação do tipo auto-mobilização a população participa na tomada das iniciativas independentemente das instituições externas para mudanças sistemáticas.

A Kulima vai por uma participação pela consulta e uma participação por incentivos materiais. É participação pela consulta quando realiza inquéritos e reuniões para consultar as populações e divulgação dos seus programas e é uma participação por incentivos materiais porque por exemplo, nos programas de crédito em espécie ou em dinheiro a população participa porque quer receber alguma coisa.

A Helvetas mostra uma participação interactiva dado que envolveu a comunidade no DRP e posteriormente na reposição dos dados.

A Intermón mostra uma participação por incentivos materiais visto que na zona de estudo o único programa de maior aceitação é o do crédito e alguns membros da comunidade envolveram-se nele porque queriam receber o dinheiro.

A VM-M mostra uma participação funcional e uma participação por incentivos materiais, é funcional porque a população através do agricultores de contacto participa na formação de grupos mas, não é envolvida no processo de planeamento e de acordo com a teoria uma participação é funcional quando a população participa na formação de grupos para alcançar objectivos pré-determinados, é uma participação por incentivos materiais, quando por exemplo, realiza programas de crédito e como disse anteriormente a população participa para receber algo.

IX.2. Contribuição ao debate, sobre formas de actuação adequada das ONG's nacionais e internacionais no âmbito de desenvolvimento das comunidades rurais.

Tabela 11. A confrontação segundo a teoria de Okali et al. (1994), Nelson e Wright (1995). (vide cap. V.3.1)

Organização	Estatuto	Okali et al.(1994), Nelson e Wright, (1995).	Algumas razões da escolha pela pesquisadora
ADCR	Nacional	Participação como fim (empowerment)	<ul style="list-style-type: none">▪ Fortalecimento de grupos de entre ajuda.▪ Uso de animadores comunitários
UNAC	Nacional	Participação como fim (empowerment)	<ul style="list-style-type: none">▪ Os membros do grupo tem o controle da situação e tomam decisões.
KULIMA	Nacional	Participação como meio (eficiência)	<ul style="list-style-type: none">▪ Projectos concebido por pessoas de fora da comunidade.
HELVETAS	Internacional	Participação como fim (empowerment)	<ul style="list-style-type: none">▪ Envolvimento da comunidade no DRP.▪ Capacitação comunitária
INTERMÓN	Internacional	Participação como meio (eficiência)	<ul style="list-style-type: none">▪ O projecto de crédito foi concebido fora da comunidade
VISÃO MUNDIAL	Internacional	Participação como meio (eficiência)	<ul style="list-style-type: none">▪ A igreja Anglicana foi quem solicitou o envolvimento ou intervenção da Visão Mundial em Maciene

Segundo a confrontação com as teorias de Okali et al. (1994), Nelson & Wright (1995), a ADCR e a UNAC que são ONG's nacionais mostram uma participação como fim cujo objectivo é o *empowerment* das comunidades beneficiárias fortalecendo-as. A ADCR como já trabalha no terreno há vários anos conhece muito bem as comunidades e outras organizações externas poderão aproveitar este facto e criar parcerias com esta organização.

A UNAC tem a particularidade de ser uma organização comunitária de base e poderá aperfeiçoar a sua forma de actuação através da criação de parcerias com as empresas que geram lucros e/ou outras organizações mais poderosas em termos financeiros.

A Kulima que também é uma ONG nacional mostra uma participação como meio que tem como objectivo a eficiência. É uma participação como meio porque segundo o responsável do projecto em Marracuene, a organização usa o agricultor de contacto como forma de atingir o maior número

possível de famílias camponesas atingindo assim, a eficiência; esta organização tem um bom subsídio para continuar a usar os métodos participativos visto que esta ONG tem os seus técnicos baseados no terreno e gozam de boa reputação nas comunidades de Marracuene.

A Helvetas é a única ONG internacional que usa a participação com fim, porque eles conseguiram capacitar as comunidades de Machangulo e de acordo com a opinião de alguns entrevistados a Helvetas ensinou-lhes qual o caminho que devem seguir, isto mostra o *empowerment* da comunidade. Embora usando uma participação como fim, esta ONG precisa de melhorar a sua forma de actuação, por exemplo, ao invés de trabalhar com várias comunidades poderá reduzir este número ou então ter em cada comunidade um técnico permanente.

A Intermón e a Visão Mundial que são ONG's estrangeiras demonstram uma participação como meio (eficiência), mas se tiverem um programa que tenha como objectivos o *empowerment*, estas organizações poderão facilmente criar o *empowerment* das comunidades dado que os seus escritórios estão baseados nos distritos e contam com técnicos nacionais no local.

Tabela 12. A confrontação das teorias de Pretty (1994) e Okali et al. 1994 e Nelson & Wright (1995) e Biggs (1989).

Organização	Estatuto	Okali et al., (1994) Nelson e Wright, (1995)	Biggs, (1989)	Pretty, (1994).
ADCR	Nacional	▪ Participação como fim (<i>empowerment</i>)	▪ Participação interactiva ▪ Participação por incentivos materiais	▪ Colegial ▪ Colaborativa
UNAC	Nacional	▪ Participação como fim (<i>empowerment</i>)	▪ Auto-mobilização	▪ Colegial
Kulima	Nacional	▪ Participação como meio (eficiência)	▪ Participação pela consulta, ▪ Participação por incentivos materiais	▪ Consultivo
Helvetas	Internacional	▪ Participação como fim (<i>empowerment</i>)	▪ Participação interactiva	▪ Colegial
Intermón	Internacional	▪ Participação como meio (eficiência)	▪ Participação por incentivos materiais	▪ Consultivo
Visão Mundial	Internacional	▪ Participação como meio (eficiência)	▪ Participação funcional. ▪ Participação por incentivos materiais	▪ Contratual ▪ Colaborativo

Confrontando as três teorias, claramente nota-se que, as três ONG's nacionais estudadas têm a tendência a demonstrar uma participação como fim (*empowerment*) e também, um tipo de participação colegial enquanto que, as três ONG's estrangeira estudadas que já trabalham há muito tempo no terreno demonstram um nível de participação como meio (eficiência) usando também, a participação colegial, consultiva, contratual e colaborativa.

Todas as ONG's (nacionais e internacionais) estudadas que tem programas de crédito demonstram uma participação do tipo participação por incentivos materiais. Este é um bom exercício para demonstrar que este tipo de programas precisa de ser discutido, visto que o programa de crédito pode criar um *empowerment* indirecto.

IX.3. Contribuição ao debate quanto à outras formas de relacionamento/métodos de trabalho das ONG's (nacionais e internacionais) com as comunidades rurais

3.1. KULIMA

A Kulima quando inicia um sub-projecto, convoca a comunidade para participar em reuniões e explicar quais são os seus objectivos e as razões do projecto. A Kulima usa os agricultores de contacto¹⁹⁾, as reuniões com a comunidade e os seminários²⁰⁾ de formação como métodos para alcançar os seus objectivos nas comunidades de Marracuene.

A Kulima desenvolve também um programa denominado comida pelo trabalho com o apoio do PMA que tem muita aceitação na comunidade porque as famílias camponesas sabem que no final receberão alguma coisa. Mas este programa não dá nenhuma garantia de sustentabilidade, para os beneficiários será bom até haver comida. A Kulima terá que reflectir melhor neste programa, talvez seria melhor investir esse dinheiro num programa que não crie dependência à comunidade, por exemplo, dando aos membros da comunidade um trabalho sazonal que fosse remunerado. Mas é claro que, apoio em bens pode ser o primeiro passo; com palavras não se realiza tudo, a população é impaciente, quer ver resultados concretos para manter a motivação e participação.

A estratégia que a Kulima tem em estar sempre presente na comunidade, com acompanhamento semanal em todas as localidades é positivo porque as populações sentem os técnicos como membros

¹⁹⁾ Segundo FAO, 1991, agricultor modelo ou agricultor de contacto é uma técnica individual de extensão em que é identificado um agricultor cujos métodos de cultivo e atitudes pessoais sejam tão superiores que a sua exploração agrícola pode servir de exemplo para outros seguirem.

²⁰⁾ É uma técnica de grupo, em que um pequeno grupo empenhado num estudo especializado sob orientação de um périto. (FAO, 1991)

da comunidade facilitando assim, o seu diálogo e conseqüentemente a sua intervenção.

Nota-se no terreno que a medida que um projecto vai findando, os técnicos ficam desencorajados e sem muito interesse pelo trabalho pelo facto de ficarem sem os seus salários, parece-me que, este facto não é encorajador ao bom desempenho dos mesmos.

No período que decorreu a minha pesquisa em Marracuene (Fevereiro), coincidiu com o período chuvoso que resultou em cheias; a Kulima desenvolveu um programa com a colaboração do PMA para apoiar as vítimas das cheias em géneros alimentícios, demonstrando assim, flexibilidade na elaboração de programas. Mas, continuando com o hábito negativo de distribuição gratuita de bens pode criar dependência na comunidade.

3.2. UNAC

Os membros desta organização estão conscientes que para melhorar as suas condições, eles próprios devem empenhar-se com força e convicção; mas, sentem que sozinhos não tem capacidade financeira para suportar os seus projectos. Um apoio externo é muito bem vindo a esta organização, por exemplo, na criação de parcerias com outras instituições, por exemplo pequenos grupos de camponeses em projecto conjunto com uma ONG que possui mais meios.

É uma organização que usa muito a animação através do teatro e da dança nos seus encontros e reuniões com o envolvimento de toda a comunidade.

Estamos perante uma organização genuinamente nacional estando presente em todos os camponeses em que os seus responsáveis saíram dos próprios camponeses, as suas relações com os demais membros são de verdadeiro patriotismo.

Posso modestamente afirmar que é uma organização de Prestação de serviços, dado ser nela onde os camponeses vão buscar apoio, principalmente para a resolução de conflitos e esclarecimento de algumas preocupações e não só, é uma organização que serve de ponte entre os camponeses e outros parceiros externos como o Governo, ONG's e outros.

3.3. HELVETAS

A Helvetas tem como ênfase a participação porque segundo os documentos do projecto este tipo de intervenção procura dar maior capacitação às comunidades com o seu envolvimento activo na planificação dos projectos e produzir aquilo que a comunidade realmente deseja.

A comunidade sente este tipo de intervenção como bastante boa, mas que, estão a ficar bastante ansiosos com o resultado do trabalho da Helvetas, a comunidade está com muita expectativa quanto ao seu futuro.

A Helvetas em Matutuíne trabalha com muitas comunidades e devido ao distanciamento entre estas isso não é o ideal dado que dificilmente conseguirá dar a devida assistência a estas comunidades.

A Helvetas trabalha no terreno com técnicos nacionais, e tenta envolver ao máximo possível os líderes locais tanto do governo como tradicionais o que de certa forma facilitará a sua intervenção na comunidade.

3.4. INTERMÓN

Segundo os entrevistados a Intermón realiza reuniões explicando à comunidade quais são os seus objectivos com o programa de crédito, e também realiza Concursos²¹⁾ de melhor mutuário, sendo estas as técnicas usadas com as comunidades rurais. Dá também, a oportunidade de ser o próprio beneficiário a escolher o seu micro-projecto e isso é bom porque ele próprio define a actividade que quer abraçar.

Mas esta organização não é bem vista pela comunidade visto que os beneficiários do seu programa são em número bastante reduzido e dizem eles que sem emprego não é possível tirar proveito das barracas porque não têm dinheiro para fazer as suas compras. Mesmo os mutuários desta organização mostram-se bastante agastados com este programa porque, segundo eles os seus gastos ultrapassam o montante disponível, por exemplo a comunidade de Santa Maria não tem acesso fácil à Bela-Vista e muitos barraqueiros tem que comprar mercadoria na Cidade do Maputo, todo o trajecto é feito via marítima e poderá levar até oito horas numa única viagem além do pagamento do barco para a mercadoria e o passageiro. Alguns entrevistados fazem a seguinte pergunta: porquê não por exemplo esta organização investir num mutuário para a compra dum motor para um barco ou para a compra de um tractor?

Outro aspecto negativo visto na comunidade de Santa Maria é que esta organização pouco aparece na comunidade e os mutuários tem que fazer os pagamentos em Bela-Vista e precisam de dinheiro para chegar lá, era bom que tivesse um elemento por exemplo da comunidade que representasse esta organização para servir de elo de ligação entre a organização e a comunidade. Por outro lado, esta

organização goza de alguma popularidade na comunidade pelo facto de já terem construído escolas e casas de professores e poderia aproveitar esse prestígio para desenvolver os seus programas.

3.5. ADCR

A estratégia da ADCR em usar grupos tradicionalmente formados é bastante boa dado que as pessoas se uniram voluntariamente. E é uma boa maneira de garantir a sustentabilidade e continuidade das casas agrárias.

O programa florestal usa pessoal local animador das aldeias constituindo este uma base para o sucesso de toda a componente florestal, estes animadores locais gozam de uma grande popularidade e esta converte-se na popularidade deste projecto.

A sensibilização por parte dos animadores teve bastante sucesso dado que o valor das arvores é reconhecido pela própria comunidade beneficiária.

O uso das escolas como base para a implementação da educação ambiental constitui uma garantia da continuidade das actividades agro-florestais depois do desaparecimento da ADCR.

Durante o processo de dinamização e outros programas os técnicos da ADCR usam o Método ZOPP para a identificação dos problemas e suas possíveis soluções, dão muito ênfase aos programas de animação, visitas de estudos²²⁾ e conversas informais²³⁾ as demonstrações de métodos²⁴⁾ e demonstrações de resultados²⁵⁾.

Os técnicos da ADCR são todos eles nacionais e estão bastante entusiasmados com o seu trabalho sendo muito dinâmicos no terreno, gozam de uma boa reputação e tem uma ligação muito boa com a comunidade. São técnicos que trabalham deste os tempos da UDA dando assistência técnica aos agricultores, mudando a sua forma de actuação na ADCR animando grupos existentes.

Mas a organização mostra-se bastante fechada, com uma forte lacuna na área de relações públicas, estando neste momento a atravessar uma grave crise financeira. Mas, apesar disso os seus técnicos envolvem-se activamente nos trabalhos. Esta organização precisa de um forte apoio externo.

²¹⁾ É uma técnica de grupo que serve para fomentar a participação e melhorar as capacidades de trabalho dos beneficiário. (FAO, 1991)

²²⁾ A viagem de estudo ou visita de estudo é uma técnica de grupo em que um grupo desloca-se a outro local para observar práticas agrícolas, projectos ou demonstrações que não podem ser vistas localmente. (FAO, 1991)

²³⁾ Conversas informais ou contactos informais é uma técnica individual em que há encontros não estruturados ou planeados com beneficiários num ambiente informal. (FAO, 1991)

²⁴⁾ Mostra passo a passo a um grupo ou classe, como se faz uma determinada coisa, para ensinar novas técnicas e práticas aos beneficiários da extensão. (FAO, 1991)

²⁵⁾ Ensina porquê é que uma prática ou factor de produção deve ser adaptado, mostrando fisicamente como a nova ou diferente prática se compara

3.6. Visão Mundial

A VM-M usa nos seus programas métodos como o agricultor de contacto e testes de sabor.

Esta forma de se trabalhar com os camponeses de contacto, possibilita que sejam eles próprios a testar os resultados levando a que outros camponeses adiram de uma forma espontânea aos programas.

Outros métodos usados pela VM-M são as demonstrações de métodos e demonstrações de resultados. A Visão Mundial tem o seu pessoal baseado no terreno isto é positivo, criando um ambiente de familiaridade entre os técnicos e os beneficiários dos programas, e não só, contribui para o sucesso e fama da organização. É uma organização que corre muito contra o tempo ou seja, trabalham muito na base de prazos e nota-se uma grande agitação nos técnicos. A título de exemplo, durante a minha estada no terreno o projecto recebeu um certo montante que teria de gastá-lo até Setembro de 1999 fim do projecto ARP, pelo que os técnicos tiveram que inventar rapidamente um projecto para gartar o montante atribuído no período estipulado. Por este facto eu pude aperceber-me que muitos programas dependem dos financiadores/doadores.

Um aspecto positivo a ressaltar nesta ONG é que nos programas de crédito em espécie é o presidente da localidade e o seu staff quem faz a escolha dos beneficiários e isto demonstra o envolvimento dos líderes no processo de tomada de decisão.

IX. 4. Avaliação da sustentabilidade dos projectos implementados pelas ONG's

Neste sub-capítulo os quatro critérios que foram avaliados foram:

- Adaptação aos conhecimentos locais em que um projecto deverá fazer uso dos conhecimentos locais com ou sem treinamento especial;
- Uso de matéria prima local em que o projecto deverá fazer uso da matéria prima local em grande medida;
- Os resultados devem ir ao encontro das necessidades locais em que os produtos e serviços devem beneficiar os locais e;
- Criação de emprego o projecto deverá criar postos de trabalho.

Escolhi estes critérios porque foram aqueles aspectos que durante a minha pesquisa chamaram a minha atenção, e volto a repisar que se trata de uma primeira tentativa para avaliar a sustentabilidade

com uma prática local habitual. (FAO, 1991)

dos projectos implementados pelas ONG's (nacionais e internacionais) no terreno. A escolha dos programas ou projectos analisados foi na base daquele que estivesse em voga na comunidade ou fosse bastante popular.

4.1. KULIMA

Para esta análise foi avaliado o Projecto Integrado na sua componente de crédito dado ser um projecto de grande impacto nas comunidades de Marracuene.

Quanto à adaptação aos conhecimentos locais o projecto é positivo visto que são os próprios beneficiários que decidem o tipo de actividade a praticar. O projecto faz uso da matéria prima local, e por exemplo, no crédito as mulheres estas vendem os produtos localmente produzidos. Os resultados não vão ao encontro das necessidades locais visto que é um projecto vindo de fora, não foi a comunidade quem o escolheu, e também, muitos dos entrevistados são da opinião que os montantes atribuídos são bastante baixos para o tipo de actividade que pretendem implementar. Finalmente este projecto cria emprego na medida em que as pessoas que adquirem o crédito exercem uma actividade mesmo sendo de uma forma informal.

4.2. UNAC

Nesta ONG a análise foi bastante limitada dado que não desenvolve um programa específico. Mas, como uma ONG de prestação de serviços adapta-se aos conhecimentos locais e muitas vezes os resultados (por exemplo, das suas reuniões) vão ao encontro das necessidades locais. Não cria emprego visto não desenvolver um programa específico. É difícil também dizer se faz ou não uso da matéria prima local pelas razões acima citadas.

4.3. HELVETAS

A análise nesta ONG foi feita em relação ao projecto de Capacitação Comunitária. Nele é visível a adaptação aos conhecimentos locais visto que as comunidades são ouvidas pelos técnicos dos projectos, por exemplo no DRP. Em relação ao uso de matéria prima local o projecto é positivo e por exemplo, na construção de escola só a cobertura (chapas de zinco) veio de fora da comunidade, o resto do material foi obtido localmente. Em relação aos restantes critérios (criação de emprego e se os resultados vão ou não ao encontro das necessidades locais) a análise não foi feita porque o projecto

encontra-se numa fase inicial.

4.4. INTERMÓN

Nesta organização a análise foi feita em relação ao Programa de Crédito. Este programa adapta-se muito bem aos conhecimentos locais visto serem os próprios beneficiários a fazerem os seus micro-projectos criando assim, o emprego. Os resultados não vão ao encontro das necessidades locais porque os desfavorecidos não se beneficiam deste crédito dado que são lhes exigidos garantias. Em relação ao uso de matéria prima local esta ONG no crédito ao comércio faz uso delas na medida em que por exemplo, as barracas são feitas e/ou melhoradas com material local.

4.5. ADCR

Foi feita a análise em relação ao Programa Agro-florestal de Xai-Xai, o qual adapta aos conhecimentos locais pela liberdade que os beneficiários tem ao escolher o tipo de árvore que pretendam plantar. O programa também valoriza as espécies nativas. Usando matéria prima local no processo de enxertia assim os resultados vão ao encontro das necessidades locais, por exemplo, na venda de estacas. Contudo este programa não cria emprego a curto prazo na medida em que as pessoas não vêm as arvores como sendo a sua única fonte de rendimento. Por outro lado, o facto do programa ser levado às escolas seja uma garantia da continuidade do mesmo ou seja um investimento futuro. Os frutos podem servir para a segurança alimentar e também como um produto para a venda. Outro aspecto positivo deste programa é a sensibilização para a preservação do meio-ambiente através do plantio de arvores.

4.6. VISÃO MUNDIAL

Em relação a esta organização a análise foi feita ao Programa de Reabilitação Agrária na sua componente de extensão rural e melhoramento de variedades. O programa nestas componentes não se adapta aos conhecimentos locais visto o projecto ser externo. Não usa matéria prima local a curto prazo (as plantas para a multiplicação provêm do INIA) mas com o decorrer do tempo o programa torna-se flexível e adapta-se às variedades locais. Os resultados não vão ao encontro das necessidades locais porque uma menoria é que se tem beneficiado (agricultores de contacto) sendo assim, o projecto não cria emprego aos membros da comunidade. Mas pode aumentar a produção e

consequente renda familiar a longo prazo através da adopção de novas e melhores variedades.

X. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

X.1. CONCLUSÕES

1º Os métodos de trabalho utilizados nas comunidade rurais pelas ONG's tanto nacionais como internacionais são:

a) Quanto aos métodos participativos

- Segundo a confrontação com a teoria de Biggs (1989), as ONG's tanto nacionais como internacionais usam os modos de participação colegial, consultivo e colaborativo à excepção de uma ONG estrangeira (Visão Mundial) que também usa um modo de participação contratual.

- Segundo a confrontação com a teoria de Pretty (1994), as ONG's nacionais e internacionais demonstram usar tipos de participação interactiva e participação por incentivos materiais. Diferem ainda pelo facto de uma ONG internacional (Visão Mundial) usar também uma participação funcional, enquanto que, as ONG's nacionais usam também a participação pela consulta (Kulima) e a auto-mobilização (UNAC).

- Segundo a confrontação com as teorias de Okali et al. (1994), Nelson & Wright (1995), as ONG's nacionais como as internacionais estudadas usam a participação como meio (eficiência) (Kulima, Intermón e Visão Mundial) e a participação como fim (*empowerment*) (ADCR, UNAC e Helvetas).

- Embora nas análises segundo as teorias de Okali et al. (1994) e Nelson & Wright (1995) não se verifiquem diferenças no tipo de participação, a pesquisa feita no terreno demonstra que duas das três ONG's nacionais (ADCR e UNAC) investigadas usam a participação como fim, enquanto que apenas uma das três ONG's internacionais (Helvetas) usa a participação como fim.

- Abordagens do tipo participação como meio (eficiência) não são aconselháveis para projectos que realmente pretendam o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais pois estas não envolvem

os membros das comunidades no processo de tomada de decisão levando com que a comunidade não sinta o projecto como seu.

- A participação como fim (*empowerment*), provoca muita expectativa no seio das comunidades e leva muito tempo para que estas vejam os seus resultados, podendo provocar o cansaço da comunidade (por causa do tempo de espera e ansiedade dos resultados). Por outro lado, este tipo de método consegue envolver a comunidade no processo de tomada de decisão.

b) Segundo outros métodos ou formas de relacionamento com as comunidades rurais

- Segundo outras formas de relacionamento as ONG's nacionais e internacionais usam métodos como os seminários de formação, as reuniões com as comunidades ou grupos, as viagens de estudo, o agricultor de contacto os campos de demonstração de métodos e campos de demonstração de resultados. Diferem pelo facto de as ONG's internacionais usarem o concurso (Intermón) e os DRP's (Helvetas) enquanto que as ONG's nacionais usam também como métodos de trabalho os contactos informais, a animação (teatro e dança) as visitas ao campo e a domicílio e o método ZOPP (ADCR).

2º Os elementos que contribuem para a utilização de um dado método por parte das ONG's tanto nacionais como internacionais são:

- Tipo de projecto
- Objectivos do projecto,
- Filosofia da organização,
- História da zona,
- Situação geográfica da zona,
- A que nível (Província, Distrito, Aldeia, etc.) os técnicos de campo se encontram,
- Prazos de execução dos projectos e
- Relação com os doadores.

3º É difícil dizer exactamente qual é a melhor maneira de se trabalhar com as comunidades rurais, mas um princípio bom a seguir é ter projectos pouco ambiciosos em termos de espaço físico e público beneficiário envolvendo estes beneficiários através da sua participação activa na tomada de decisão

dos projectos.

4º Quanto à sustentabilidade, a análise feita mostra que não se pode dizer com certeza se um projecto é ou não sustentável, pelo facto de que num critério o projecto poder ser positivo enquanto que num outro critério isso já não acontece.

Devo dizer ainda que a análise da sustentabilidade requer muito tempo para se poder avaliar todos os critérios.

X.2. LIMITAÇÕES

Constituíram principais limitações a este estudo:

- ✓ Pouca informação em relação à ligação ONG's/beneficiários dos projectos e a falta de estudos anteriores nesta área fez com que não fosse possível estabelecer uma base de comparação. Devo dizer também que este é um assunto para se pesquisar ao longo de vários anos devido ao tempo disponível este foi o primeiro passo.

X.3. RECOMENDAÇÕES

Com base na pesquisa feita e das conclusões tiradas faço as seguintes recomendações que, algumas delas não são novas mas, por se tratar de um tema bastante complexo volto a repetir.

Recomendações às ONG's

- ✓ Recomendo às ONG's que durante o seu processo de trabalho no terreno envolvam as comunidades no processo de tomada de decisão para a implementação e/ou na execução dos projectos.
- ✓ Recomendo às ONG's que trabalham nas comunidades para que tenham pelo menos um elemento da ONG a residir no terreno, facilitando assim, o contacto com as comunidades.
- ✓ Recomendo às ONG's que tenham construído infra-estruturas sociais como por exemplo, escolas, postos de saúde, furos de água, etc. e pretendam introduzir novos projectos como por exemplo, programas de crédito para que não abandonem estas áreas, implementando novos projectos nas

mesmas, pelo facto de, já gozarem de uma boa reputação e prestígio nas comunidades rurais.

- ✓ Recomendo às ONG's para que antes de fazerem uma intervenção numa determinada comunidade rural façam estudos minuciosos sobre a história sócio-antropológico e sócio-cultural das comunidades onde se pretende implementar os projectos.
- ✓ Recomendo ainda às ONG's que durante o início das actividades numa determinada comunidade rural envolvam os líderes tradicionais e religiosos dado que estes gozam de grande prestígio nos seus grupos.

Recomendações para estudos futuro

- ✓ Recomendo aos trabalhos futuros de pesquisa que se faça o mesmo tipo de exercício (feito nesta pesquisa), mas com a particularidade de se confrontar mesmo tipo de projectos e/ou programas para diferentes organizações. Desta maneira o contributo ao debate sobre formas adequadas de trabalho das ONG's com comunidades rurais será maior.
- ✓ Recomendo à futura pesquisa que se compare formas de relacionamento entre as ONG's e os diferentes doadores pelo facto de achar que os doadores influenciam grandemente na forma de actuação das ONG's.
- ✓ Proponho um estudo sobre formas adequadas de se criar parcerias entre as organizações locais ou seja organizações nascidas nas comunidades com organizações que tenham já maior expressão e experiência com trabalho comunitário. Desta forma o contributo será conjunto para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Recomendações ao Governo

- ✓ Incentivo ao Governo Moçambicano para que reflecta nas medidas legislativas em relação aos seguintes aspectos:
 - ONG's internacionais trabalhem em estreita ligação com as ONG's nacionais ou mesmo com as organizações comunitárias de base que tem um grande apoio popular,

- Dar um maior estatuto as ONG's nacionais ou as organizações comunitárias de base incitando estas a reforçarem-se,
- Fiscalizar as ONG's nacionais dado que, muitas delas não são representativas, sendo constituídas por indivíduos não governamentais.

LISTA BIBLIOGRÁFICA

- ◆ ACNUR/PNUD, (1997), Perfis de Desenvolvimento Distrital, Distrito de Matutuíne, Província de Maputo
- ◆ ACNUR/PNUD, (1997), Perfis de Desenvolvimento Distrital, Distrito de Marracuene, Província de Maputo
- ◆ ACNUR/PNUD, (1997), Perfis de Desenvolvimento Distrital, Distrito de Xa-Xai Província de Gaza
- ◆ Apontamentos da Cadeira, Métodos de Extensão. (1998), UEM, FAEF. Maputo, Moçambique.
- ◆ Apontamentos da Cadeira, Princípios de Organização, (1998), UEM, FAEF. Maputo, Moçambique.
- ◆ Assembleia da República, (1997), Lei de Terras, Disposições Gerais. Moçambique
- ◆ Biggs, Stephen, (1989), Resource Poor farmer Participation; a synthesis of experiences from 9 national agricultural research systems. OFCOR comparative study, paper no.3, ISNAR, The Hague.
- ◆ Centro de Estudos Africanos, Departamento de Estudos Teóricos e Práticos para o Desenvolvimento, Relatório final do seminário sobre "Lei e Desenvolvimento das ONG's Nacionais", Novembro de 1995. Maputo, Moçambique.
- ◆ Da Silva, Terezinha, (1995), Visão da Parceria na base, em: José, A & Monteiro A. P., (1995), Organizações não governamentais: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana, 1ª edição, Centro de Estudos Africanos, Moçambique
- ◆ Dusseldorp, Van, (1994), Basic Concepts in Planned Development em: Apontamentos da Cadeira, Princípios de Organização, (1998), UEM, FAEF. Maputo, Moçambique.
- ◆ Esporo, (1999), A quem pertence a sociedade civil, nº 29, Fevereiro de 1999.
- ◆ FAO, (1991), Extensão Rural, Manual de referência, editado por Burton E. Swanson, Roma.
- ◆ Ferraz, Bernardo, (1994), em: José, A. & Monteiro, A. P., (1995), Organizações Não Governamentais: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana, 1ª edição, Centro de Estudos Africanos, Moçambique.
- ◆ Fumo, Carlos, (1995), ONG's Moçambicanas; Sua Identidade e Papel no Desenvolvimento do País em: José, A. & Monteiro, A. P., (1995), Organizações Não Governamentais: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana, 1ª edição, Centro de Estudos Africanos, Moçambique.
- ◆ Ginja, Vitória Conceição, (1993), A Sustentabilidade das ONG's Moçambicanas em: José, A. & Monteiro, A. P., (1995), Organizações Não Governamentais: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana, 1ª edição, Centro de Estudos Africanos, Moçambique.
- ◆ Glasgow.M., Engels, A., Saskia Siefert & Zefanias, H. (1994), Democratization And Development in Mozambique - Societal Self-organization And the Role of Non-Governmental Organizations in Mozambique.
- ◆ Guijt, I. & Cornwall, (1995), Critical Reflections on the Practice of PRA in: Notes on Participatory Learning and a Action (Formerly RRA Notes), No 24, critical Reflectin From Practice, Sustainable Agriculture Programme, London.
- ◆ Helvetas Moçambique, (1997), Projecto de Gestão Comunitária de Recursos Naturais nas Áreas de Conservação Transfronteira - Matutuíne.
- ◆ Helvetas, (sem data), O Programa Desenvolvimento Rural em Boane e Matutuíne.
- ◆ Instituto Nacional de estatísticas Recenseamento Geral da População e Habitação, (1997), Província de Maputo, Resultados definitivos.
- ◆ José, A. & Monteiro, A. P., (1995), Organizações Não Governamentais: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana, 1ª edição, Centro de Estudos Africanos, Moçambique.
- ◆ Kanshahu, Audace I., (1996), Planning and Implementing Sustainable Projects in Developing Countries, Theory, Practice & Economics; AgBé Publishing, Holland.
- ◆ Kulipossa, fidelix Pius, (1993), Em que medida as ONG's estrangeiras contribuem para o desenvolvimento económico e social de Moçambique? Um debate baseado no relacionamento entre Moçambique e a Fundação Frederich Ebert. Tese de Licenciatura em Relações Internacionais e

- diplomacia, Maputo, Instituto Superior de Relações internacionais.
- ◆ Langa, Silvano (1993) em: José, A. & Monteiro, A. P., (1995), Organizações Não Governamentais: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana, 1ª edição, Centro de Estudos Africanos, Moçambique.
 - ◆ Ministério da Agricultura e Pescas, (1994), Folhas Verdes, 24ª edição, Maputo, Moçambique.
 - ◆ Monteiro Ana Piedade (1993), ONG's em Moçambique em: José, A. & Monteiro, A. P., (1995), Organizações Não Governamentais: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana, 1ª edição, Centro de Estudos Africanos, Moçambique.
 - ◆ Nelson, N. & Wright, S. (1995), em : Pijenburg, B. & Nhamtumbo, I., (1998), Experiências Com Intervenções Participativas em Moçambique, FAEF, UEM.
 - ◆ NORAD, (sem data), O método do Quadro Lógico (MQL), Manual de Planificação de Projectos Orientados Para Objectivos.
 - ◆ Pijenburg, B, 1998, Limits to Farming Participatorion in: AgREN?ODI Agricultural Research and Extension Network Newssletter No. 37, ODI, London.
 - ◆ Pijenburg, B. & Nhamtumbo, I., (1998), Experiências Com Intervenções Participativas em Moçambique, FAEF, UEM.
 - ◆ Prank et al., (1992) em : José, A. & Monteiro, A. P., (1995), Organizações Não Governamentais: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana, 1ª edição, Centro de Estudos Africanos, Moçambique.
 - ◆ Pretty, J. I. Guijt, I. Scoones and J. Thompson, (1995), A Trainer's Guide for Participatory Learning and Action, IIED Participatory Methodology Series, Sustainable Agriculture Programme, IIED, London.
 - ◆ Siteo, A. & Maculule, A, (1997), Avaliação do Projecto Agro-florestal de Xai-Xai, UEM, FAEF.
 - ◆ Sufiane, Inácio (1995) em: Centro de Estudos Africanos, Departamento de Estudos Teóricos e Práticos para o desenvolvimento, Relatório final do seminário sobre "Lei e Desenvolvimento das ONG's Nacionais", Novembro de 1995.
 - ◆ Tivane, Filipa, (1996), O Exercício Jurídico das Associações em Moçambique, Tese de Licenciatura, Faculdade de Direito da UEM.
 - ◆ União Nacional de Camponeses, (sem data), Documento de Apresentação.
 - ◆ United Nations Operation in Mozambique, Office for Humanitarian Assistance Coordination, (1994), Who is Doing What Where.
 - ◆ Van Den Ban & Hawkins, H. S., (1996), Agricultural Extension, Second Edition, Blackwell Science..
 - ◆ Van Vugt, A., (1992), Estratégias de Sobrevivência, Organização da Força de Trabalho, DNDR, MAP, Maputo.
 - ◆ World Vision Internacional - Mozambique, (1996), Proposal for Extension of the Agricultural Rehabilitation And Development Project for the Maciene Community in Southern Mozambique.
 - ◆ World Vision Internacional - Mozambique, (1999), Monthly Management Reporte.
 - ◆ World Vision Internacional, (1990), Communications Service, World Vision History Briefs.

ANEXOS

Anexo 1.

História da Teoria das Organizações

Segundo apontamentos da cadeira Princípios de Organização, (1998), distingue-se as seguintes fases na história de organizações.

1900-1920: A escola mecânica

Na escola mecânica uma organização era percebida como uma máquina com os seguintes elementos:

- Uma autoridade centralizada,
- Especialização,
- Divisão do trabalho,
- Regras e estatutos,
- Planeamento,
- Registar,
- Tomada de decisão e
- Ter o controle de aproximadamente seis pessoas.

Em 1930 registaram-se algumas mudanças e os elementos passaram a ser os seguintes:

- Desenvolvimento da tecnologia,
- Necessidade de mais instrução para as pessoas,
- Formação de sindicatos e surgimento de greves,
- Complexidade dos mercados,
- Maior variedade de produtos,
- Aumento do numero de organizações,
- Aspectos da política social e cultura e
- Uma boa liderança passou a ser importante.

Em 1938 Bernard formulou uma teoria das organizações e disse: “Organizações são sistemas cooperativos, não simplesmente produtos da engenharia mecânica”.

Bernard enfatizou:

- “Há grupos diferentes na organização: grupos informais numa organização formal”
- “A comunicação dirige-se para cima”,

- “A autoridade dirige-se para a base” e
- “Boa liderança”.

Estes tornaram-se os elementos do movimento das relações humanas.

1930-1950: A escola de relações humanas.

Nesta escola dava-se maior atenção as pessoas do que as máquinas, tinha os seguintes elementos:

- Delegação de autoridade,
- Autonomia dos empregados e
- Abertura, sinceridade e lealdade.

Depois de 1950: A escola de tomada de decisões.

Esta escola teve as seguintes novas perspectivas:

- Havia conexão entre a organização e a sociedade,
- Objectivos conflitantes não podiam ser realizados simultaneamente,
- Os objectivos importantes eram relativamente informais,
- A formulação dos objectivos não correspondia a realidade,
- A história tinha e tem um papel importante,
- A influência da sociedade era importante,
- Os líderes oficiais não eram os líderes reais,
- Favoritismo/nepotismo, discriminação e corrupção eram os temas comuns,
- A eficiência da burocracia é apenas evidente.

Anexo 2.

Organizações Não Governamentais Como Parte da Sociedade Civil Auto-Organizada.

Durante os dez últimos anos a expressão “sociedade civil” entrou de rompante na linguagem do desenvolvimento e nas prioridades dos financiadores, com muito alarido, assim como quando um espaço vazio é subitamente preenchido por uma corrente de ar. Na história recente foi exactamente o que se passou. (Esporo, 1999)

Glagow et al., (1994), fala das diferentes formas de socialização. No seu ponto de vista elas estão bem estabelecidas e subdivididas em dois grupos, o primeiro grupo é a organização formal da sociedade civil fazendo dela parte, o estado, as ONG's e o mercado, todos eles juntos de uma forma interligada. O segundo grupo é a organização informal que dela fazem parte as autoridades tradicionais, os agregados familiares e a economia de subsistência todas juntas de maneira integrada.

Na forma formal o estado é o agente e produz bens colhidos em forma de infra estruturas materiais e imateriais, que não é possível através dos meios do mercado. A forma integrante do mercado baseia-se na satisfação das necessidades individuais, com função primária de efectuar a troca, expressada em forma de dinheiro. (Glagow et al,1994)

As ONG's são uma parte e uma forma especial da sociedade civil auto-organizada, que garante os seus próprios recursos e a sua existência corresponde ao mesmo padrão de voluntarismo e consentimento. As ONG's não pertencem a governo e muito menos ao sector de orientação para o mercado, mas são sim, uma expressão da sociedade civil auto-organizadas.(Glagow et al.,1994)

Como ONG's do tipo de sociedade civil auto-organizadas, pondo de lado os sistemas familiares, grupos de ajuda e auto-ajuda, adquirem uma forma especial isto é, são organizações contrárias à instituições; como ONG's dispõem de uma estrutura formal em forma de estatuto e conteúdos de trabalho que controlam os programas, a organização e a estrutura do pessoal da organização. Deste modo, formalizam estrutura interna que não é a prior diferente das organizações de orientação para o mercado ou uma administração. Outra diferença entre as ONG's e outras formas de organização da sociedade civil é que os objectivos e princípios das ONG's estão direccionados à terceiros. Enquanto que por definição grupos de auto-ajuda direccionam as suas actividades para o seu benefício, isto é

membros dos grupos, ajuda familiar e da comunidade. As ONG's trabalham para os outros, para os necessitados. (Glagow et al.,1994)

Para acrescentar, as ONG's, como unidades formalizadas dentro das suas respectivas sociedades, são parte das sociedades modernas. Se as sociedades modernas são vistas como sociedades organizadas, as ONG's também reflectem esta modernidade. (Neubert, 1990)

Para os países em vias de desenvolvimento, este contributo do sector moderno tem os seus problemas e importância especial, porque aqui os sectores tradicionais e informais tem mais importância que por exemplo, em sociedades na Europa Ocidental e América do Norte. Deste modo, as ONG's em países em vias de desenvolvimento são, por muitas vezes, estruturas importadas via regimes coloniais ou são ainda corpos estrangeiros. Em ambos os casos, a relação das ONG's com o sector tradicional é problemático porque as primeiras pertencem ao sector moderno; o contacto extensivo das ONG's no Sul com estrutura do Norte intensifica este facto. (Neubert, 1990)

Ainda que a sociedade civil seja muito mais do que a soma total de todas as ONG's de um país, foi primeiro entre as ONG's que muitos procuraram os órgãos das sociedades civis de hoje. (Esporo, 1999)

Anexo 3.

Conceito de Desenvolvimento

Com vista a entender os projectos como instrumentos para realizar um desenvolvimento específico é importante estar-se familiarizado com a origem ("background") cultural e sócio político do conceito de desenvolvimento.

Desde que iniciou o movimento de Renascimento na Europa no século XVI os povos, ou pelo menos as elites nas sociedades, tornaram-se cada vez mais convencidas de que elas são as donas deste mundo e que não estão sujeitas aos poderes sobrenaturais. Eles pensavam que conheciam e que poderiam controlar as forças que estavam a moldar o seu ambiente presente e futuro. Onde o presente conhecimento apresenta certos lapsos, a convicção é de ser apenas uma questão de tempo até que a ciência encontre as respostas necessárias. O homem pode determinar o seu próprio desenvolvimento e este é visto como um processo positivo e evolucionário. O cumprimento dos ideais humanos pode ser realizado neste mundo e não tem de esperar para o "grande além". (Dusseldorp, 1994)

Embora a crença, de que a sociedade e seu meio ambiente podem ser intencionalmente criados por seres humanos esteja a diminuir, este tipo de pensamento ainda domina as acções de muitos políticos, administradores e planificadores nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Muitos ainda estão convencidos de que a direcção do desenvolvimento das suas sociedades pode ser influenciado. (Dusseldorp, 1994).

O primeiro problema que se levanta em definir o conceito de desenvolvimento é a falta de consenso quanto ao significado de desenvolvimento. (Dusseldorp, 1994)

Apter, (1987) citado em Dusseldorp, (1994), diz que "Desenvolvimento ... é um termo que significa muitas coisas diferentes para muitas pessoas diferentes".

Long, (1982) citado em Dusseldorp, (1994), reflecte o mesmo ponto de vista quando diz "O termo desenvolvimento está repleto de numerosos problemas conceituais e ideológicos e seria temerário tentar chegar a uma definição concordante".

Por várias décadas, quando as ciências económicas dominavam completamente a cena, o desenvolvimento era tido apenas como desenvolvimento económico e medido simplesmente como um aumento do produto nacional bruto (Higgins, 1959, citado em Dusseldorp, 1994). Porém, havia

um crescente decernimento de que "...o crescimento rápido a nível nacional não reduz automaticamente a pobreza e desigualdade, nem oferece suficiente emprego produtivo" (ILO 1977 citado em Dusseldorp, 1994). Noções como equidade, alívio a pobreza e necessidades básicas passaram a fazer parte da definição de desenvolvimento. (Dusseldorp, 1994)

Uma definição alternativa de desenvolvimento é a de Bryant & White (1982) citada em Dusseldorp, (1994), que definem desenvolvimento "... como um processo de desenvolver uma capacidade de influenciar o seu próprio futuro". Assim, o desenvolvimento definido como um aumento na capacidade para todos os grupos na sociedade de influenciar o seu próprio futuro tem certas implicações, nomeadamente, capacidade, eles próprios, igualdade no acesso aos benefícios, estar munido de autoridade e sustentabilidade. (Dusseldorp, 1994)

A falta de consenso quanto ao significado da noção de desenvolvimento pode ser considerado como uma das principais causas do porquê do insucesso do desenvolvimento planificado. (Dusseldorp, 1994)

Anexo 4

Outras Formas de Relacionamento/Métodos de Trabalho Com Comunidades Rurais.

Kang & Song, citados em FAO, (1991) distinguem duas técnicas para o ensino da extensão: os métodos individuais e os métodos de grupo.

Tabela 4. Técnicas individuais

Métodos	Definição
Visita ao campo e a domicílio	Encontro individual com agricultor ou trabalhador agrícola no campo ou em sua casa
Visitas e consultas ao serviço de extensão	Visitas pessoais feitas por beneficiários ao serviço de extensão, procurando informação e apoio
Contactos informais	Encontros não estruturados ou planeados com beneficiários num ambiente informal
O agricultor modelo	Identificação de um agricultor cujos métodos de cultivo e atitudes pessoais sejam tão superiores que a sua exploração agrícola pode servir de exemplo para outros seguirem
A bandeira de campo	Técnica de comunicação individual a utilizar quando os agricultores ou famílias rurais não estão em casa ou no campo aquando da visita do extensionista.

Tabela 5. Técnicas de grupo

Métodos	Definição
A demonstração do método	Mostra passo a passo a um grupo ou classe, como se faz uma determinada coisa, para poder ensinar novas técnicas e práticas aos beneficiários da extensão.
A demonstração de resultados	Ensina porquê é que uma prática ou factor de produção deve ser adoptado, mostrando fisicamente como a nova (ou diferente) prática se compara com uma prática local habitual.
O concurso	Servem para fomentar a participação e melhorar as capacidades agrícolas
A viagem de estudo	Um grupo desloca-se a outro local para observar práticas agrícolas, projectos ou demonstrações que não podem ser vistas localmente.
A jornada de campo	Um ou vários dias em que uma zona onde se praticam determinadas técnicas, agrícolas ou outras, com êxito, se abre para visitas externas.
A discussão informal	Os vizinhos reúnem-se numa das casas num certo dia e hora, uma vez por mês, ou talvez uma vez por semana para abordar e comunicar os problemas comuns.
A palestra	Exposição formal feita em forma verbal por um orador a um grupo de ouvintes.
Seminário	Um pequeno grupo empenhado num estudo especializado sob orientação de um perito.
O grupo de trabalho	Encontro de indivíduos, que em cooperação, discutem, aprendem e aplicam conhecimentos práticos.
Tempestade cerebral	Técnica de discussão de grupo em que os participantes geram tantas ideias quanto possível acerca dum determinado tema, sem qualquer restrição ou preocupação de aplicação prática.
Outros métodos de grupo	Painel, Colóquio, Simpósios, Método de conferência modificada, O grupo de discussão, Sessão de murmúrio, Equipe de escuta, Jogos de simulação, Teatro e o Incidente crítico.

FAO, (1991) distingue ainda os meios de comunicação de massas e subdivide-os em três grupos:

Tabela 6. Meios de comunicação de massas

Meios	Tipo
Meios impressos	- Jornais - Jornais de Parede - Quadro de notícias, - Boletins informativos, - Folhetos e panfletos, - Folhas informativas
Meios audiovisuais	- Rádio, - Televisão, - Projecção de imagens.
Meios estáticos	- Cartazes e - Exposições.

a) Uma visão de grupo alvo, beneficiários ou parceiros de base

Vários estudos, segundo Da Silva, (1995), referem as seguintes definições de quem são os parceiros de base, a referir:

- Membros das comissões na comunidade ou grupos criados para acompanhar ou decidir sobre os projectos da organização,
- Chefes das comunidades com quem a organização trabalha,
- Animador da comunidade,
- Representantes da organização,
- Beneficiários dos projectos,
- Pessoas influentes na comunidade,
- Representantes de vários sectores do Governo,
- Organismos do Estado que desenvolvem as mesmas actividades que a organização
- Chefes das associações locais.

Segundo Da Silva, (1995), uma organização pode ter um ou vários parceiros que podem ou não serem beneficiários dos projectos, preferencialmente, o parceiro deveria ser uma pessoa colectiva (grupo de pessoas, instituições) com visão comum, com interesses comuns a organização. Numa comunidade pode haver mais do que um grupo de parceiros, dependendo dos projectos.

ANEXO 5.

ANEXO 5.1

⇒ GUIÃO PARA:

ENTREVISTAS DO TIPO SEMI ESTRUTURADO COM MEMBROS DA COMUNIDADE RURAL EM GERAL E BENEFICIÁRIOS DOS PROJECTOS.

- Conhece alguma(s) ONG nesta zona?
- Sabe qual(s) os nomes dessa organização?
- Sabe como ele(s) entraram nesta zona?
- Já ouviu falar de algum(s) projectos que eles desenvolvem?
- Sabe como esse(s) projecto(s) funciona?
- Qual a sua opinião sobre esse(s) projecto(s)?
- Já beneficiou alguma vez deste(s) projecto(s)?
- Já tiveram contacto com algum projecto?
- Aproveitou ou não esse projecto?
- Já alguma vez foi entrevistado ou já se fez algum levantamento nesta zona?
- Existe alguém da comunidade que se beneficiou de um projecto?
- O que acha dos métodos que eles usam para trabalhar com as populações?
- Como vê o envolvimento das comunidades neste(s) projecto(s)?
- Qual a avaliação que faz do(s) projecto(s)?
- Dê a sua opinião acerca das ONG's!

ANEXO 5.2

⇒ GUIÃO PARA:

ENTREVISTAS DO TIPO SEMI ESTRUTURADO COM INFORMANTES CHAVES E RESPONSÁVEIS DOS PROJECTOS DAS ONG'S.

- Qual a história da organização? (quando foi criada, quais os objectivos, quais as zonas de actuação, qual é a característica da organização, quais os elementos, etc.).
- Que tipo de projectos a organização desenvolve? (porquê a organização escolheu tal(s) projecto(s), quais as mais importantes actividades da organização, etc.).
- Qual o principal grupo alvo deste(s) projecto(s)? (como este foi identificado, quais os diferentes grupos dentro de seu(s) projecto(s), como interagem os diferentes grupos, etc.).
- Porquê os vossos projectos só servem grupos específicos?
- Quais as estratégias para a auto sustentabilidade do(s) vosso(s) projecto(s)?
- Como identificam e articulam com as estruturas locais do poder Governamental, tradicional e líderes de influência ao nível das comunidades?
- Como fazem o trabalho comunitário de base nas comunidades rurais? (que métodos usam)
- Que factor(es) contribuem para o uso de um dado método?
- Esse(s) factor(es) levam ou não a sustentabilidade desse(s) projecto(s)?
- Que vantagens e limitações apresenta cada um dos métodos?
- Qual é, na sua opinião a melhor forma de se trabalhar com as comunidades rurais?
- Como elevaria a sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento?
- Na sua opinião, como faria para que, o trabalho desenvolvido pelas ONG's que na maioria dos casos são "estranhas" a comunidade seja bem recebido pelas mesmas?
- Como faria trabalho comunitário de forma eficaz?
- O pessoal nacional dos projectos tem se beneficiado de alguma formação? E o grupo alvo dentro do projecto?
- Quais os problemas internos e externos a organização?

ANEXO 5.3

⇒ GUIÃO PARA:

OBSERVAÇÕES SOBRE A FORMA DE ACTUAÇÃO DAS ONG'S E OBSERVAÇÕES NAS COMUNIDADES RURAIS.

- Quais são as zonas preferidas de actuação das ONG's?
- Esta influência tem alguma relação com o tipo de beneficiário?
- Qual a potencialidade da região?
- Quantos elementos a ONG tem?
- Como o pessoal está composto e como esta forma as suas equipas de trabalho?
- Qual a proveniência do pessoal das ONG's?
- Qual a percentagem do pessoal nacional e internacional?
- Como é feita a gestão dos recursos disponíveis?
- Em que quantidades existem?
- Qual a duração de cada projecto?
- De que depende esse tempo?
- Quando começou o projecto e até quando vão trabalhar?
- Que tipo de beneficiários as ONG's preferem?
- Que tipo de relação existe entre os técnicos dos projectos e a comunidade?
- Como é a participação do grupo alvo nos projectos?
- Como é feito o intercâmbio entre as ONG's e outras instituições?
- Como compararia as actividades e actuação das diferentes ONG's?

Anexo 6.

Resumo dos Casos e Aspectos Encontrados no Terreno

Anexo 6.1.

Tabela 1. Organização, estatuto, zonas de actuação, programas e actividades.

Organização	Estatuto	Zona de Actuação	Programas	Actividades
ADCR	Nacional	Distrito de Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agricultura ➤ Crédito ➤ Infra-estruturas ➤ Meio-ambiente 	Animação comunitária, através da promoção de grupos.
UNAC	Nacional	Distrito de Marracuene	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Formação multi-disciplinar ➤ Prestação de serviços 	Animação, formação de grupos de camponeses
Kulima	Nacional	Distrito de Marracuene	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento Rural Integrado (agricultura, pecuária, água e protecção do meio ambiente) 	trabalhos com grupos afins nos programas de crédito
Helvetas	Internacional	Distrito de Matutuine	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Resolução de Conflitos ➤ Gestão e capacitação comunitária 	Fortalecimento da estrutura tradicional e divulgação da lei de terras
Intermón	Internacional	Distrito de Matutuine	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Crédito ➤ Infra-estruturas 	Promoção de créditos ao grupo ou individualmente
Visão Mundial	Internacional	Localidade de Maciene	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agricultura ➤ Infra-estruturas 	Promoção de grupos associativos, Trabalhos com um pequeno grupo de agricultores

Anexo 6. 2.

Tabela 2. Quem faz a mobilização e/ou primeiro contacto, como estão organizados os beneficiários e quem os representa.

Organização	Estatuto	Mobilização/1º contacto	Como estão organizados os beneficiários	Representação dos beneficiários
ADCR	Nacional	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos do campo contactam com o governo local e líderes tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos tradicionalmente formados, Associações informais, grupos cooperativos camponeses e individualmente. 	<ul style="list-style-type: none"> Chefes dos grupos ou associações, promotores do programa florestal
UNAC	Nacional	<ul style="list-style-type: none"> Chefes de grupos de camponeses 	<ul style="list-style-type: none"> Associações e Cooperativas de camponeses 	<ul style="list-style-type: none"> Chefes das associações ou cooperativa
Kulima	Nacional	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos do campo fazem o contacto com o governo e líderes locais 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos formados para o crédito, estrutura tradicional e Governamental. 	<ul style="list-style-type: none"> Representantes dos grupos
Helvetas	Internacional	<ul style="list-style-type: none"> Através dum DRP nas comunidades de Matutuine. 	<ul style="list-style-type: none"> Estruturas locais (governo ou tradicional) 	<ul style="list-style-type: none"> Representantes tradicionais ou pessoas influentes
Intermón	Internacional	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos da ONG contactaram com o governo local 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos de cinco pessoas ou individualmente 	<ul style="list-style-type: none"> Individual
Visão Mundial	Internacional	<ul style="list-style-type: none"> Contacto foi feito pelos líderes da Igreja Anglicana aos técnicos da VM-M 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura religiosa, governamental, tradicional e camponeses individualmente. 	<ul style="list-style-type: none"> Chefes locais (Governo) Agricultores de contacto, líderes religiosos e tradicionais

Anexo 6.3.

Tabela 3. Formas de relacionamentos/métodos de trabalho com as comunidades rurais.

ONG's	Estatuto	Formas de relacionamento/métodos
ADCR	Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Método ZOPP ou MQL para a identificação de problemas e suas possíveis soluções; • Promoção dos grupos tradicionalmente formados (<i>Tsima e Cofunana</i>) • Demonstração de métodos, ensinar a comunidade a fazer enxertia e técnicas de preservação do meio ambiente; • Demonstração de resultados • Seminários de formação para os beneficiários, • Viagens de estudo para a troca de experiência, • Animação através da dança, canto e do teatro • Contactos individuais com beneficiários
UNAC	Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de Grupos de camponeses, • Seminários de formação para os camponeses, • Conversas informais • Animação através da dança e do teatro.
Kulima	Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultor de contacto; • Seminários de formação para os beneficiários • Reuniões com a comunidade
Helvetas	Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • DRP, • Seminários de formação, • Viagem de estudo para a troca de experiência. • Reuniões com a comunidade.
Intermón	Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com a comunidade • Contacto individual com os beneficiários
Visão Mundial	Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultor de contacto, • Campos de demonstração de métodos e resultados • Ensaios de sabor

Anexo 7

Anexo 7.1. Tabela 7. Entrevistas feitas nos locais de pesquisa.

(Nº total de entrevistas feitas (E.FT.), nº de entrevistados do sexo feminino (E.FM), nº de entrevistados que são do sexo masculino (E.MM.), nº de entrevistados que são líderes do Governo (E.LG.), nº de entrevistados que são líderes tradicionais ou religiosos (E.LT/LR) E nº de entrevistados em representação das ONG's (E.RP)).

Distrito	ONG	Nº E.FT.	Nº E.FM.	Nº E.MM.	Nº E.LG.	Nº E.LT/LR	Nº E.RP.
Marracuene	KULIMA	12	6	6	3	3	1
Marracuene	UNAC	12	6	6	1	3	1
Matutuíne	HELVETAS INTERMUNDO	21	11	10	4	5	2
Xai-Xai	ADCR	18	10	8	2	4	2
Xai-Xai	VISÃO MUNDIAL	9	4	5	2	3	2
Total		74	38	36	12	18	8

anexo 7.2. Tabela 8. Maneira como foi conduzida a pesquisa nas comunidades rurais.

(Distrito, ONG, tempo de permanência no campo em dias, local de hospedagem e língua usada durante as entrevistas).

Distrito	ONG's	Tempo de permanência no campo (dias)	Local de hospedagem	Língua das entrevistas
Marracuene	KULIMA	7	Acampamento FAO	<ul style="list-style-type: none">• Ronga• Português
Marracuene	UNAC	7	Acampamento FAO	<ul style="list-style-type: none">• Ronga• Português
Matutuine	HELVETAS INTERMUNDO	7	Acampada na sede do posto de santa Maria.(tenda)	<ul style="list-style-type: none">• Ronga (ajuda do guia)• Português
Xai-Xai	ADCR	7	Aldeia de Nhancutse na casa de camponeses	<ul style="list-style-type: none">• Changana (ajuda do guia)• Português
Xai-Xai	VISÃO MUNDIAL	7	Maciene sede na casa da Visão Mundial	<ul style="list-style-type: none">• Português• Changana/Chope (ajuda do guia)
Total		35		